

# RELATÓRIO

DE

# ATIVIDADES

DO LEGISLATIVO | 2021

**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
★  
ESTADO DO PARÁ

**RELATÓRIO  
DE ATIVIDADES  
DO PODER  
LEGISLATIVO  
2021**

**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
★  
ESTADO DO PARÁ



# SUMÁRIO

Palavra do Presidente	04
Mesa Diretora	06
Deputados (19ª Legislatura)	08
Líderes de Partidos	13
Composição Administrativa	15
Introdução	18
Principais Resultados da Área Legislativa	27
Divisão de Expediente	28
Proposições Aprovadas - Poder Executivo	29
Proposições Aprovadas - Deputados	37
Proposições Aprovadas - Assembleia Legislativa	52
Proposições Aprovadas - Outros Poderes	53
Tipos de Proposições	56
Comissões Permanentes	58
Comissões Temporárias	64
Frentes Parlamentares	70
Reuniões Realizadas	72
Participação em Conselhos	80
Procuradoria da Mulher	82
Escola do Legislativo	88
Principais Resultados da Área Administrativa	98
Planejamento Estratégico	100
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	102
Regiões de Integração	103
Homenagem aos Servidores Falecidos - Covid 19	107
Portal de Transparência	108
Reforma das Instalações da Alepa	109
Nova Sede da Alepa	115
Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC)	116
Ouvidoria	117
Departamento de Memorial Legislativo	119
Diário Oficial da Alepa	121
Informação e Interatividade	122
Expediente	125



# PA LA VRA DO PRESIDENTE



A Assembleia Legislativa do Estado do Pará é protagonista no debate de temas relevantes para o desenvolvimento regional e vem trabalhando de forma decisiva, mesmo diante de um cenário de pandemia.

Com atuação dos 41 parlamentares e sua equipe de funcionários, comprometidos em garantir melhorias à população paraense, o Poder Legislativo Estadual tem se dedicado a seguir sua missão, com muito trabalho, ética, transparência e gestão responsável, seja no debate,

com ações legislativas; em comissões de estudos, de acompanhamento, de fiscalização e de investigação; frentes de trabalho ou na aprovação de leis.

Um parlamento unido e forte é o que melhor representa a sociedade. Certamente, isso reflete em melhores serviços prestados ao povo, principal foco da nossa gestão. Com a convicção do dever cumprido e seguindo o princípio constitucional de publicidade dos atos públicos, o Legislativo Estadual apresenta esse relatório, pois por meio desse trabalho, buscamos atender aos interesses e necessidades de diversos setores da sociedade.

Por fim, em nome de todos os parlamentares desta Casa de Leis, manifesto gratidão a todos os servidores que conseguiram tornar possíveis as ações e resultados apresentados nesta publicação, seguindo os objetivos da atual gestão que é trabalhar com responsabilidade e valorização das pessoas.

## **Deputado Francisco Melo (Chicão)**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará



# MESA DI RE TO RA





**Chicão**  
Presidente



**Antonio  
Tonheiro**  
1º Vice-presidente



**Michele  
Begot**  
2ª Vice-presidente



**Professora  
Nilse**  
1ª Secretária



**Dilvanda  
Faro**  
2ª Secretária



**Victor  
Dias**  
3º Secretário

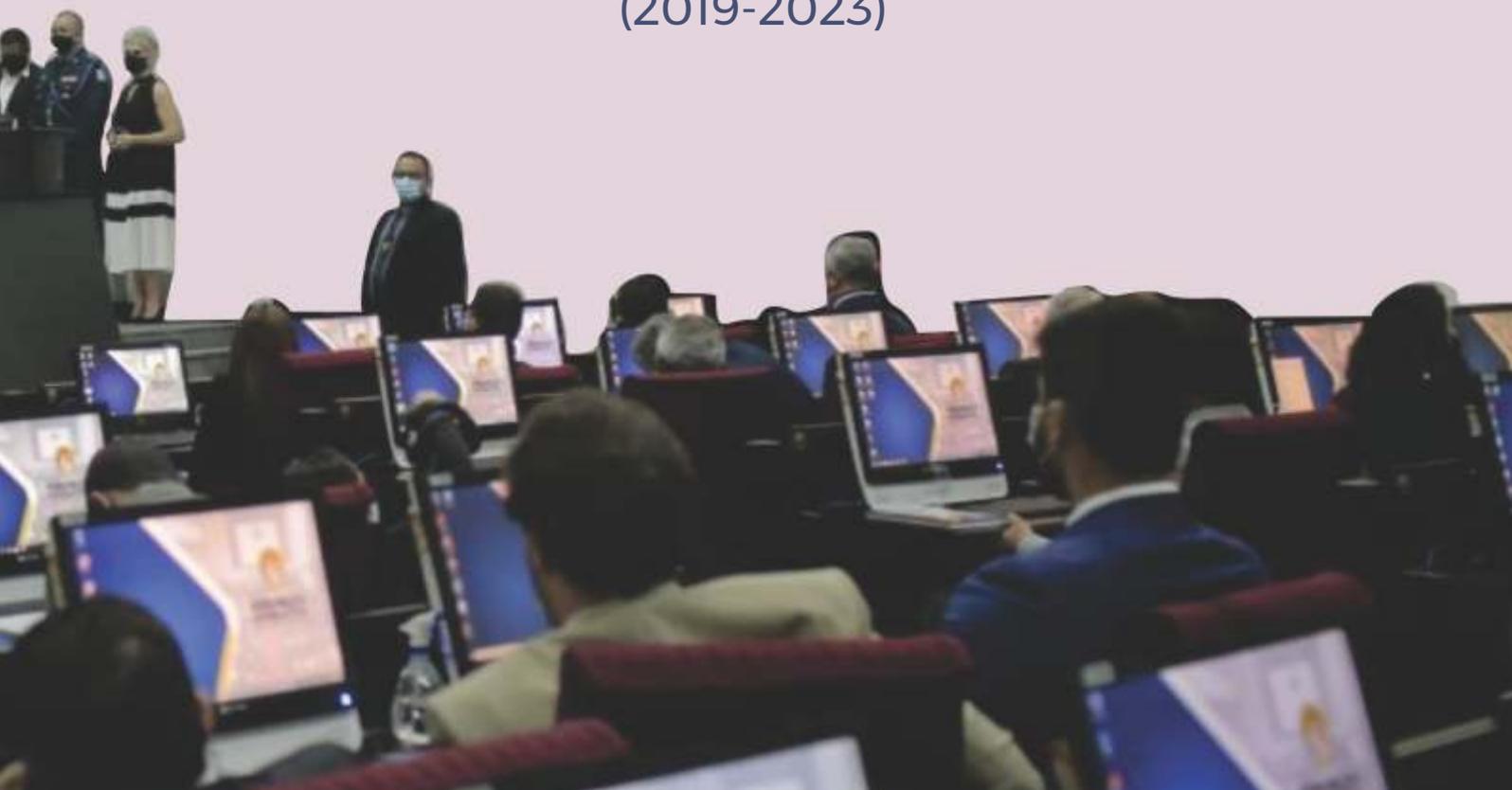


**Hilton  
Aguiar**  
4º Secretário



# DE PU TA DOS

**19<sup>a</sup> LEGISLATURA**  
(2019-2023)





Adriano  
Coelho  
**PDT**



Carlos  
Bordalo  
**PT**



Alex  
Santiago  
**PL**



Chamonzinho  
**MDB**



Ana  
Cunha  
**PSDB**



Chicão  
**MDB**



Angelo  
Ferrari  
**PTB**



Cilene  
Couto  
**PSDB**



Antonio  
Tonheiro  
**PL**



Delegado  
Caveira  
**PP**





Delegado  
Nilton  
Neves  
**PSL**



Doutor  
Galileu  
**PSC**



Delegado  
Toni  
Cunha  
**PTB**



Doutor  
Jaques  
Neves  
**PSC**



Diana  
Belo  
**DC**



Doutor  
Wanderlan  
**MDB**



Dilvanda  
Faro  
**PT**



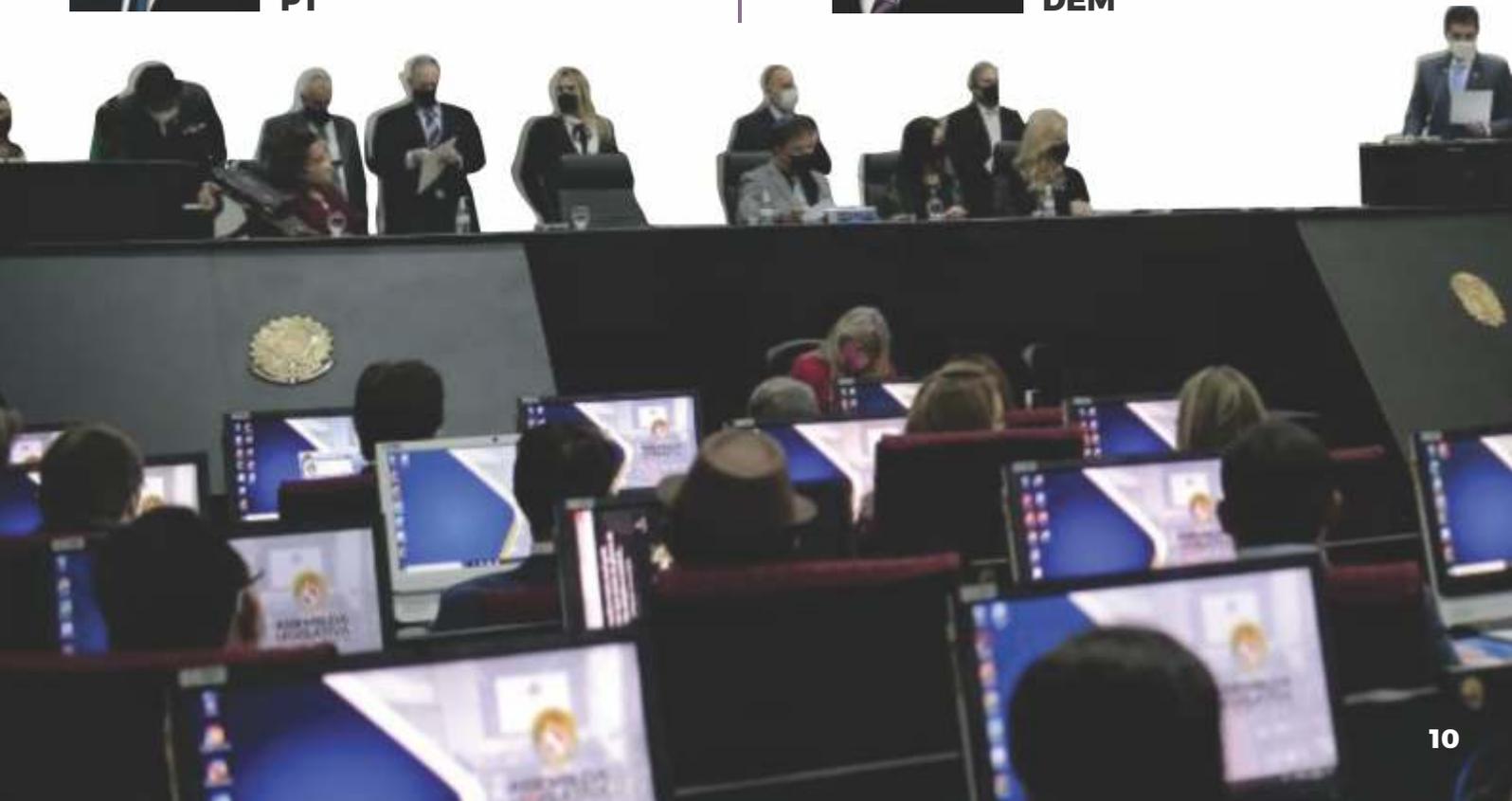
Doutora  
Heloísa  
**DEM**



Dirceu  
Ten Caten  
**PT**



Eliel  
Faustino  
**DEM**





Eraldo Pimenta  
**MDB**



Fábio Figueiras  
**PSB**



Fábio Freitas  
**REP**



Gustavo Sefer  
**PSD**



Hilton Aguiar  
**DEM**



Igor Normando  
**PODE**



José Maria Tapajós  
**PL**



Junior Hage  
**PDT**



Luth Rebelo  
**PSDB**



Marinor Brito  
**PSOL**





Martinho  
Carmona  
**MDB**



Michele  
Begot  
**PSD**



Miro  
Sanova  
**PDT**



Orlando  
Lobato  
**PMN**



Ozório  
Juvenil  
**MDB**



Paula  
Gomes  
**PSD**



Professora  
Nilse  
**REP**



Raimundo  
Santos  
**PATRIOTA**



Renilce  
Nicodemos  
**MDB**



Thiago  
Araújo  
**CIDA**



Victor  
Dias  
**PSDB**



# LÍ DE RES DE PARTIDOS



DEPUTADO	PARTIDO
ALEX SANTIAGO	Partido Liberal (PL)
ANA CUNHA	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)
DELEGADO CAVEIRA	Partido Progressista (PP)
DELEGADO NILTON NEVES	Partido Social Liberal (PSL)
DELEGADO TONI CUNHA	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)
DIANA BELO	Democracia Cristã (DC)
DIRCEU TEN CATEN	Partido dos Trabalhadores (PT)
DR. GALILEU	Partido Social Cristão (PSC)
ELIEL FAUSTINO	Democratas (DEM)
FÁBIO FIGUEIRAS	Partido Socialista Brasileiro (PSB)
FÁBIO FREITAS	Republicanos (REPUBLIC)
IGOR NORMANDO	Podemos (PODE)
MARINOR BRITO	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)
MARTINHO CARMONA	Movimento Democrático Brasileiro (MDB)
MIRO SANOVA	Partido Democrático Trabalhista (PDT)
ORLANDO LOBATO	Partido da Mobilização Nacional (PMN)
PAULA GOMES	Partido Social Democrático (PSD)
RAIMUNDO SANTOS	Patriota (PATRI)
THIAGO ARAÚJO	Cidadania (CID)





foto: pch.vector-freepik

**COM  
PO  
SI  
ÇÃO  
ADMINISTRATIVA**





## ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

### CARGOS DE CHEFIA

SECRETARIA LEGISLATIVA	<i>Rebecca Cardoso Hesketh</i>
PROCURADORIA-GERAL	<i>Carlos Jeha Kayath</i>
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	<i>Reginaldo Marques Pereira</i>
GABINETE CIVIL	<i>Cassiana Cardoso de Almeida</i>
GABINETE MILITAR	<i>Guaraci Fabiano Paranhos G. Junior</i>
SUBPROCURADORIA-GERAL	<i>Marcos Vinicius Eiró do Nascimento</i>
SUBSECRETARIA LEGISLATIVA	<i>Jardel Rodrigues da Silva</i>
DEPARTAMENTO DE MEMORIAL LEGISLATIVO	<i>Paulo Sérgio Torres Lourenço</i>
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	<i>Sonia Regina Rego Ribeiro Soares</i>
DEPARTAMENTO FINANCEIRO	<i>Anne Christian Garca Salzer</i>
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	<i>Jarbas Pinto de Souza Porto</i>
DEPARTAMENTO DO BEM ESTAR SOCIAL	<i>Karla Alice Soriano de Mello Lobato</i>
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS	<i>Glaucy Learte da Silva</i>
AUDITORIA	<i>Andréa Cuimar Barra</i>
ASSESSORIA TÉCNICA	<i>Maria do Carmo Costa de Oliveira</i>
CONSULTORIA TÉCNICA	<i>Renata Silva Portugal</i>
COORDENADORIA TÉCNICA	<i>Carlos Augusto Barbosa de Souza</i>
PROCESSAMENTO DE DADOS	<i>Orêncio Coutinho Júnior</i>
COSEPAR	<i>Izeth Madaid Alcantara Garcia</i>
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL	<i>Betânia Benjamin Dias da Paz</i>
ASSESSORIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO	<i>Alda Conceição Dantas de S. Tocantins</i>
CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	<i>Márcio Pereira de Souza</i>
ESCOLA DO LEGISLATIVO	<i>Maria Betânia de Carvalho F. Arroyo</i>
INSPETORIA DE SEGURANÇA	<i>Flaviano Gomes de Melo</i>

# IN TRO DU ÇÃO



# NOVA GESTÃO APRESENTA BONS RESULTADOS NO ANO DE 2021

O ano Legislativo de 2021 iniciou em 05/01, com a posse dos Deputados Adriano Coelho (PDT) e José Maria Tapajós (PL), que assumiram as vagas deixadas pelos ex-Deputados Dr. Daniel Santos (MDB) e Renato Ogawa (PL), eleitos, respectivamente, prefeitos de Ananindeua e de Barcarena.

Em fevereiro, a abertura do segundo biênio da 19ª legislatura se destacou pela posse da nova gestão da Mesa Diretora da Alepa, que foi marcada por traços de dinamismo e superação, haja vista que ainda vivemos momentos de precauções devido a pandemia do COVID-19. O presidente eleito, Deputado Francisco Melo-Chicão (MDB), juntamente com os outros parlamentares que compõem a Mesa Diretora: Deputado Antônio Tonheiro (PL); Deputada Michele Begot (PSD); Deputada Profª. Nilse Pinheiro (Republicanos); Deputada Dilvanda Faro (PT); Deputado Víctor Dias (PSDB) e Deputado Hilton Aguiar (DEM), preocupados em manter os trabalhos parlamentares e zelar pela saúde do corpo funcional da Alepa, dentre outras medidas, disponibilizaram testes rápidos de COVID-19 aos servidores da casa, como forma de prevenção, além de manterem serviços de sanitização periódica em todo o prédio.

Vivendo esse momento desafiador o tema da 1ª Sessão Especial de 2021, ocorrida em 04 de fevereiro, foi o Plano de Vacinação Estadual, visando conhecer o planejamento e as garantias operacionais executadas pelo Executivo Estadual no combate à Covid-19. Mesmo com todas as intempéries mencionadas, o Presidente Chicão esclareceu que a Assembleia não parou suas atividades e nem teve prejuízo no andamento das pautas do legislativo.

Entre as mudanças do primeiro semestre, ressalta-se a posse do Deputado Igor Normando (PODEMOS), na presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária/CFFO, eleito por unanimidade. Além da CFFO, também foram instaladas as comissões de Constituição e Justiça/CCJ e de Redação, que seguem com os Deputados Ozório Juvenil e Raimundo Santos, respectivamente, como presidentes.

Em fevereiro, na audiência pública da CFFO, o Estado informou que tem saúde financeira para fazer novos empréstimos, investir em obras, saúde, educação e segurança, e anunciou que já tinha recursos para compra de vacinas. "A compra de três milhões de doses de vacina contra a Covid-19 é uma das principais metas, agora, do Programa de Combate à Pandemia no Pará". A declaração foi do secretário de Estado da Fazenda, René Sousa Júnior, que participou da audiência pública realizada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (CFFO) da Alepa, para prestação de contas do Governo do Estado aos deputados e à sociedade.



A audiência pública foi coordenada pelo presidente da CFFO, Deputado Igor Normando (Podemos), que destacou a importância do evento para garantir a transparência e a contribuição da sociedade na gestão estadual. A referida audiência pública, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para apresentação das Metas Fiscais de cada quadrimestre, corroborando com o princípio constitucional da publicidade. Ao apresentar o Relatório do 3º Quadrimestre do ano de 2020, o titular da Sefa explanou sobre os números do Governo do Estado relativos à receita, despesas e investimentos no último exercício e garantiu que o Estado está com bom equilíbrio fiscal e capacidade para tomar novos créditos, já que o ará é um dos estados com melhor capacidade de endividamento do Brasil, com apenas 20% da sua Receita Corrente Líquida (RCL) comprometida, quando o limite é de até 200%. De acordo com René Sousa, apesar da pandemia o Estado teve um crescimento de 14% na arrecadação do ICMS. A Arrecadação sofreu queda substancial em maio, mas se recuperou em junho. O Estado tomou medidas importantes para impedir o engessamento da economia e atender a população, como a liberação de recursos via Fundo Esperança, que contemplou 150 milhões para pequenos e microempreendedores; o auxílio emergencial do Renda Pará a 900 mil pessoas em situação de vulnerabilidade; e o cartão de alimentação a 560 mil alunos.

No início desta legislatura, foram trazidas ao Plenário algumas pautas relevantes como por exemplo: a destinação de emenda parlamentar coletiva pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), Deputado Chicão e demais deputados, à Defensoria Pública do Estado do Pará para a execução de obras de ampliação e melhorias no prédio do órgão no município de Ananindeua.

Ainda no primeiro semestre foi instalado o Grupo de Trabalho Permanente (GTP) de saúde mental na Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), durante reunião virtual conduzida pelo Deputado Bordalo com representantes de instituições públicas, Governo do Estado e sociedade civil ligados à área de saúde mental. De acordo com o Deputado Bordalo, "o Grupo de Trabalho Permanente vai ser um mecanismo do parlamento para monitorar, acompanhar, sugerir, propor, mobilizar, em torno das políticas públicas de saúde mental".

Tivemos também a instalação da CPI da Vale, que tem o objetivo de investigar a atuação da empresa Vale no Estado do Pará.

Foi de autoria do Presidente Deputado Francisco Melo-Chicão e Deputado Raimundo Santos, a Sessão Solene em homenagem aos 130 anos do Ministério Público do Estado do Pará, entidade presente em todas as regiões do Pará, atua na defesa dos interesses sociais e indisponíveis, como o direito à vida, saúde, moradia, liberdade, educação, trabalho, cidadania, dentre outros. A instituição paraense surgiu menos de dois anos após a Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889.



Nosso Presidente foi o idealizador da Sessão Solene semipresencial, que homenageou 23 (vinte e três) personalidades que contribuíram para a consolidação da relação entre Portugal e o Estado do Pará nas áreas de educação, esportes, cultura, saúde, economia e negócios.

No segundo semestre houve uma notória diminuição dos efeitos da pandemia na medida em que a campanha de vacinação avançou em nosso Estado. A nossa população é estimada em 8.777.124 habitantes, desse universo quase 6 milhões de paraenses já tomaram a 1ª dose e pouco mais de 4 milhões tomaram a 2ª dose ou dose única.

Com a pandemia atenuada, foi possível iniciar as ações do Forma Alepa/Elepa Itinerante, com a finalidade de levar conhecimento e informação às regiões de integração do nosso Estado, onde a formação e capacitação dos servidores são ferramentas que garantem a construção de novos conhecimentos e acima de tudo, de um corpo funcional comprometido com eficiência e técnica na reflexão das ações que devem ser transmitidas à comunidade. E foi com esse intuito que o Forma Alepa foi elaborado, contando com a colaboração dos próprios servidores da Casa para levar conhecimento às câmaras municipais do Estado. Entre os técnicos que palestraram no Forma Elepa tivemos a Secretária Legislativa, Rebecca Hesketh; o Diretor do Departamento Legislativo, Jarbas Porto; o Procurador da Alepa, Augusto Gamboa; o Presidente da Comissão de Licitação, Marcelo Pinheiro; Alda Dantas, Diretora da Assessoria de Imprensa e Divulgação; André Amaral, Assessor Técnico Jurídico da Presidência da Alepa e a contribuição da Deputada Profª. Nilse que palestrou sobre a importância da Procuradoria da Mulher. Contamos com servidores do TJE Dr. Jeferson Bacelar, da Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado e Dr, Frederico Oliveira, Promotor de Justiça do Ministério Público.

As ações do Forma Alepa/Elepa iniciaram no dia 05 de agosto pela **Região do Guajará**, no município de Ananindeua e seguiu com as atividades na **Região do Araguaia**, ainda no mês de agosto, na Câmara Municipal de Redenção. Em setembro foi a vez da **Região dos Caetés** receber a capacitação do Forma Alepa/Elepa Itinerante, ocorrida entre os dias 23 a 25 no Liceu de Música da UEPA, situado no Centro de Bragança. Em outubro, as ações foram na **Região do Baixo Amazonas** entre os dias 21 e 23 na Câmara Municipal de Santarém. contaram com a participação da Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará através de Jeferson Bacelar; e do Ministério Público do Pará (MPPA), representado pelo Promotor Frederico Oliveira, que pontuou sobre a importância da capacitação

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (CFFO) , realizou audiências públicas para apresentar o relatório de prestação de contas do 1º e 2º quadrimestres da gestão estadual do exercício de 2021, em cumprimento às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão



fiscal. De acordo com os representantes das Secretarias Estaduais da Fazenda (SEFA) e de Planejamento e Administração (SEPLAD), o Pará apresenta pelo 3º (terceiro) ano consecutivo equilíbrio fiscal, boa capacidade de investimento e tranquilidade nas despesas com pessoal. A audiência pública foi coordenada pelo presidente da CFFO, deputado Igor Normando (Podemos), que destacou os esforços do Estado para proporcionar dias melhores para a sociedade paraense. Na opinião do parlamentar, esse balanço periódico do Governo do Estado é fundamental para que a sociedade avalie e proponha ajustes, quando necessário, à administração pública.

O Estado apresentou situação confortável com relação aos limites impostos pela lei para despesas com pessoal, registrando neste período um percentual de 47,35% da Receita Líquida Corrente (RLC), no que tange às despesas de todos os poderes. O percentual máximo legal é 60% da RLC.

Em outubro, 27 (vinte e sete) pessoas foram homenageadas com a Outorga da Comenda Legislativa "Mérito Nossa Senhora de Nazaré", durante Sessão Solene que aconteceu na manhã do dia 07 na Assembleia Legislativa do Pará. Ainda em outubro, foi realizada a Sessão Especial para marcar o encerramento das ações do Poder Legislativo paraense no Outubro Rosa, campanha de conscientização e prevenção ao câncer de mama.

Em novembro, a Comissão de Prevenção às Drogas (COPRED) ganhou destaque com a abertura da 3ª Semana da Juventude, ocorrida no dia 04 na Sessão Especial que discutiu a Nova Lei Nacional sobre Drogas nº 13.840/2019 e ações de inclusão social. O Presidente da Comissão, deputado Fábio Freitas, em seu discurso enfatizou os trabalhos realizados pela Comissão, com enfoque para as ações de conscientização no combate ao uso de drogas. "Com a COPRED levamos informações sobre prevenção às drogas a mais de 200 mil pessoas em todas as regiões do estado, principalmente em escolas. Nesses encontros, observamos que a maioria das pessoas deseja ajuda, espera por uma oportunidade e, quando levamos informações com as palestras, mostramos o outro lado da moeda, que existe esperança e sonhos podem ser realizados", ressaltou.

Outra comissão que ganhou destaque no mês de novembro foi a Comissão de Turismo e Esporte, que além da apreciação do Projeto de Lei nº 90/2021, a comissão também debateu sobre a distribuição dos valores de patrocínios do Campeonato Paraense de Futebol Profissional. A reunião foi coordenada pelos deputados Gustavo Sefer e Dirceu Ten Caten, e contou com a presença dos representantes do Banpará, Braselino Assunção; e da Fundação Paraense de Radiofusão (Funtelpa), Hilbert Nascimento.

Ainda em novembro, o deputado Carlos Bordalo (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos e de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado, abriu oficialmente em nome do Poder



Legislativo do Estado, a celebração internacional do centenário de Paulo Freire, na Estação das Docas, com a instalação da Feira de Economia Solidária, Literatura e Educação Popular e a Exposição "Memória e Presente: Paulo Freire Vive!"

Tivemos também a instalação do Grupo de Trabalho de Atenção a Pacientes com doenças cérebro cardiovasculares, de iniciativa da Comissão Permanente de Saúde da Alepa. "Cabe ao governo atuar fortemente na prevenção. Nós queremos contribuir para que as políticas públicas de assistência sejam implementadas em todo o nosso território, de forma a garantir o atendimento de qualidade e de forma igualitária para nossa população, seja na capital ou no Marajó, em qualquer município paraense", avaliou o Deputado Jaques Neves, Presidente da Comissão de Saúde.

Ainda sobre o tema saúde, os Deputados aprovaram no dia 30/11, Projeto de Lei 367/2021, que deu origem à Lei nº 9.369/2021, de iniciativa do executivo estadual criando o passaporte sanitário, que torna obrigatório para todo servidor público estadual apresentar a comprovação de vacinação contra a Covid-19. A exigência valerá assim que for concluído o calendário previsto no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, elaborado pelo Governo Federal, conforme o esquema vacinal disponibilizado em cada Município.

No início de dezembro os servidores do Parlamento participaram da Campanha de Doação de Sangue da Fundação Hemopa em parceria com o Departamento de Bem-Estar Social (Dbes). A ação faz parte do plano de trabalho do Dbes em contribuir com campanhas de conscientização de saúde junto aos servidores do Legislativo. No mesmo dia, o deputado Dirceu Ten Caten (PT) realizou uma reunião semi-presencial na Sala Vip da Assembleia Legislativa do Estado do Pará para tratar do combate ao sub-registro civil de nascimento e o acesso à documentação de registro de um cidadão do Estado do Pará.

No período de 02 a 04 de dezembro foi a vez da Região Xingu receber o Forma Alepa/Elepa Itinerante na Câmara Municipal de Altamira, que levou conhecimento e capacitação aos servidores, com palestras e discussões que certamente engrandeceram os trabalhos legislativos daquela região. Ainda no evento: "A Alepa ofertará em 2022 curso superior para servidores públicos, este é um processo que deve ser permanente para o aperfeiçoamento de servidores públicos", foi o que afirmou o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Chicão, durante a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Parlamento Estadual e Câmaras Municipais da região do Xingu no Forma Alepa/Elena Itinerante.

Na manhã do dia 13 de dezembro, ocorreu no Plenário Newton Miranda, solenidade para a concessão de títulos honoríficos: "Honra ao Mérito", "Honra ao Mérito Post-Mortem", "Cidadão do Pará" e "Cidadão do Pará Post-Mortem". A homenagem foi para agradecer pessoas que colaboraram com o Estado do Pará.



A Mesa foi composta pelas seguintes autoridades: Presidente da Alepa, Deputado Chicão; os Deputados Eliel Faustino, Profª. Nilse Pinheiro, Hilto Aguiar, Victor Dias e o Procurador Geral do Estado, Ricardo Sefer.

A Alepa realizou ações itinerantes de cidadania nos municípios de Benevides, Marituba e Santa Bárbara, no período de 16 a 21 de dezembro, por meio do Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC). O programa Ação Itinerante da Alepa teve como objetivo prestar serviços de cidadania e de saúde, além de garantir os direitos à sociedade e assistência jurídica gratuita à população que não dispõe de acesso a esses atendimentos. Durante as atividades, vários serviços estiveram à disposição da população, tais como emissão de documentos, entre eles RG, Carteira de trabalho digital, 2ª via de certidão de nascimento, processos de aposentadoria, entre outros.

Na última Sessão Legislativa do ano, do terceiro Período Legislativo antes da votação da Lei Orçamentária para o exercício de 2022, contendo as estimativas de receitas e fixação de despesas para o longo do ano, foram aprovados outros projetos do executivo estadual em primeiro turno. Na área da educação, o PL que concede o abono aos profissionais da educação básica - que varia de dois mil e quinhentos a cinco mil reais, conforme às três faixas de carga horária exercida - e o que institui o Programa Extraordinário "Reencontro 'com a Escola", ambos no âmbito da rede pública estadual de ensino. Este último, premia em forma de bolsa, os alunos que retomarem às atividades presenciais da rede estadual de educação básica, para combater a evasão escolar.

O Projeto de Lei nº 347/2021, da LOA 2022, estimou a Receita e fixou a despesa do Estado do Pará para o exercício financeiro de 2022. Foram apresentadas 387 Emendas, das quais 323 foram acatadas. O Projeto de Lei nº 349/2021 dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023. Junto a esta proposição, foram apresentadas 334 emendas e acatadas 316. Os dois projetos foram aprovados por unanimidade.

Na manhã do dia 14/12, o Presidente da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), Deputado Chicão, foi homenageado na Sessão Solene do Colégio de Procuradores de Justiça, pelo Dia Nacional do Ministério Público brasileiro. A sessão outorga a autoridades, instituições, membros e servidores do MPPA com o Colar e a Medalha do Mérito Institucional. A solenidade aconteceu na sede do MPPA e foi presidida pelo Procurador Geral de Justiça, César Mattar Jr. O evento também integrou a comemoração pelos 130 anos do MPPA, ocorrida em junho deste ano. O presidente da Alepa, Deputado Chicão, recebeu o Colar do Mérito Institucional, que é entregue a membro do Ministério Público do Estado da ativa ou aposentado, ou a pessoa ou instituição nacional ou estrangeira que tenha contribuído para o engrandecimento ou o aperfeiçoamento institucional.



O balanço da produção legislativa foi apresentado em 15 de dezembro pelo presidente Chicão aos jornalistas convidados para um almoço com a imprensa. "Este é um relacionamento que devemos manter, de transparência na prestação de contas com a imprensa, porque o Poder Legislativo não é nosso, é do povo. E como representante desta gestão, me sinto na obrigação de fazer essa aproximação", avaliou o presidente da Alepa, Deputado Chicão. "É justo encerrar o ano legislativo com esse encontro com a imprensa, que é o veículo apropriado para esse tipo de prestação de contas".

Os Deputados Carlos Bordalo (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos e de Defesa do Consumidor (CDHDC), e a deputada Marinor Brito (PSOL), presidente da Comissão de Cultura e componente da CDHDC da ALEPA, em nome da Comitativa, após a realização de uma vistoria em Barcarena, pedem ao governador do Estado de forma imediata a suspensão das atividades da Empresa Imerys Rio Capim Caulim S/A, até que seja restabelecido seu Licenciamento Ambiental para Operação. Em tempo, o Deputado Carlos Bordalo transferiu para o início de janeiro de 2022, a instalação da Comissão Temporária Interna de Estudos e Acompanhamento, criada para avaliar a extensão dos impactos, danos e riscos à população e ao meio ambiente de Barcarena precipitado pelo incêndio em um depósito de produtos químicos da empresa Imerys Rio Capim Caulim S/A, ocorrido no dia 6 de dezembro passado.

No dia 30 de dezembro, foi realizada uma Reunião Extraordinária Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Fiscalização Financeira e Orçamentária (CFFO) e de Educação, em que os Deputados aprovaram o Projeto de Lei 492/2021, que altera as Leis 9.385 e 9.388 – que tratam do abono para servidores da Educação. O pagamento do abono foi aprovado na última Sessão Ordinária, no dia 16 de dezembro, mas era destinado apenas ao magistério. Com a nova proposição enviada pelo Poder Executivo, o benefício será pago também aos servidores de apoio administrativo e operacional, como merendeiras, porteiros, auxiliares técnicos e administrativos. A reunião conjunta foi semipresencial, conduzida pelo deputado Ozório Juvenil e com participação de 15 parlamentares das três comissões.

O ano de 2021 foi desafiador para o Poder Legislativo. Mesmo diante da pandemia, o parlamento paraense conseguiu imprimir um trabalho que aliou alta produtividade e transparência, em que foram realizadas audiências públicas, sessões especiais e reuniões técnicas, além das sessões ordinárias semanais, os trabalhos resultaram em 755 Projetos de Leis apresentados durante o ano, sendo 460 deles aprovados; além de 1.018 moções e 500 requerimentos para atender aos interesses da sociedade.

“O parlamento tem uma função fundamental que é ouvir os interesses da população e transformar isso, através da produção legislativa em ações para a sociedade. Desejo que a gente possa superar as dificuldades e ter um ambiente mais livre de doenças, com paz e muitas felicidades, porque todos nós



merecemos ser felizes”, destacou o presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado Igor Normando.

“Foi um ano de muita produção, aprovamos projetos em diferentes áreas, como exemplo, projetos do Poder Executivo que criou o Programa Creche Por Todo o Pará, Fundo Esperança, dentre outros. Agradeço a todos os deputados e funcionários pela dedicação. Desejo um Natal de muitas bênçãos, que o ano de 2022 seja de muito amor, paz e união”, exaltou a líder do governo, deputada Cilene Couto.

“Cumprimos a nossa função, aprovando projetos importantes para a população. Nossa mensagem é de otimismo para que todos tenham um Natal com muita paz e amor. Eu desejo às famílias paraenses um ano novo com saúde, fraternidade e muitas realizações”, ressaltou o presidente do Legislativo Estadual, Deputado Chicão.



**PRINCIPAIS**

**RE  
SUL  
TA  
DOS  
DA ÁREA  
LEGISLATIVA**



## DIVISÃO DE EXPEDIENTE

PROPOSIÇÕES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Projeto de Decreto Legislativo	0	2	12	2	9	9	1	0	4	10	8	39	96
Projeto de Emenda Constituc.	0	0	2	1	0	0	0	2	0	1	0	0	6
Projeto de Lei	6	51	55	37	35	55	2	51	56	57	59	28	492
Projeto de Lei Complementar	0	2	0	0	0	0	0	1	2	1	4	2	12
Projeto de Resolução	1	0	2	5	2	2	0	2	1	3	2	2	22
Processo	1	2	15	7	2	3	1	3	2	0	0	1	37
Projeto de Indicação	1	4	12	14	6	18	0	9	7	9	13	3	96
Moção	0	109	86	97	110	181	0	104	95	73	122	47	1024
Requerimento	1	32	18	44	21	76	0	41	56	70	95	46	500
Veto	0	2	5	1	0	0	0	0	0	0	3	0	11
<b>TOTAL DE PROPOSIÇÕES</b>	<b>10</b>	<b>204</b>	<b>207</b>	<b>208</b>	<b>85</b>	<b>344</b>	<b>4</b>	<b>213</b>	<b>223</b>	<b>224</b>	<b>306</b>	<b>168</b>	<b>2296</b>

Relatório de Produtividade: Seção de Expediente e Redação Final (ano de 2021)

## ELABORAÇÃO DE REDAÇÕES FINAIS REFERENTES ÀS SEGUINTE PROPOSIÇÕES

PROJETO	QUANT
Leis promulgadas pela Alepa	2
Projetos de Lei	307
Projetos de Lei Complementar	8
Projetos de Indicação	65
Resolução	4
Decreto Legislativo	115
Emenda Constitucional	1

OUTROS	QUANT
Pedido de informação	5
Moção	1055
Requerimento	370

## RELATÓRIO QUANTITATIVO

### REUNIÕES PRESENCIAIS TRABALHADAS PELAS SEÇÕES (1º SEMESTRE DE 2021)

REUNIÕES	TAQUIGRAFIA	DOCUMENT.	REVISÃO	COMP. DE ANAIS
Ordinárias	39	36	36	35
Extraordinárias	95	79	79	76
Especiais	2	1	1	1
Comissões Perman. (Aud. Pub. CFFO)	3	3	3	2
Solenes de Instalação	1	1	1	1
Solenes	1	1	1	1
CPI da VALE	21	21	21	21
<b>TOTAL</b>	<b>162</b>	<b>142</b>	<b>142</b>	<b>137</b>

Divisão de Anais



**PROPOSIÇÕES  
APROVADAS  
PODER  
EXECUTIVO**



## PRINCIPAIS PROJETOS APROVADOS (PODER EXECUTIVO)

O alinhamento entre o Governo do Estado e a ALEPA foi de suma importância para aprovação das principais leis de competência do Poder Executivo, para tanto contamos com a participação e o apoio dos Secretários de Estado para explicar e orientar os deputados sobre a relevância das proposições.

Há de ressaltar também o trabalho incansável e bastante resolutivo da Deputada Cilene Couto, que tem atuado firmemente como líder do governo na Assembleia Legislativa, dirimindo todas as dúvidas dos parlamentares quanto às proposições do Poder Executivo, assim como trazendo a esta Casa o apoio técnico especializado, quando necessário.

Este ano a Alepa aprovou e o governador sancionou 60 legislações do Poder Executivo.

---

**Lei nº 9.213/2021** Reabre as operações financeiras do Fundo Esperança no exercício de 2021, para dar apoio emergencial aos pequenos e microempreendedores do Estado

---

**Lei nº 9.214/2021** Trata do prazo de validade de laudo médico-pericial que atesta o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Estado.

---

**Lei nº 9.215/2021** Altera a Lei nº 9.139, de 29/10/2020, que autoriza o Executivo a disponibilizar recursos e prorroga a vigência do Programa Estadual Extraordinário de Transferência de Renda/Renda Pará, em 2021. Prorroga o Renda Pará, que busca mitigar os efeitos econômicos da COVID-19 melhorando a renda da população carente, com auxílio em parcela única em 2021.

---

**Lei nº 9.219/2021** Trata dos critério para fixação, reajuste e revisão da tarifa pública aplicável aos serviços de linhas troncais e alimentadoras do sistema Integrado de Transporte Público da Região Metropolitana de Belém (SIT/RMB)

---

**Lei nº 9.224/2021** Altera a Lei nº 8.388, de 22/09/2016, que trata da promoção dos Oficiais da Polícia Militar do Pará/PMPA



- Lei nº 9.225/2021** Altera as leis nºs Lei nº 6.563, de 27/01/2003 e Lei nº 8.745, de 14/08/ 2018. Garantiu gratificação de desempenho aos servidores da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração/SEPLAD.
- 
- Lei nº 9.226/2021** Instituiu o Sistema Estadual de Gestão do Turismo para disciplinar o tratamento funcional e financeiro aos empregados celetistas, da extinta PARATUR, para garantir direitos e vantagens do regime, reajuste salarial, pagamento do vale alimentação e possibilidade de movimentação a outros órgãos e entidades.
- 
- Lei nº 9.227/2021** Reajustou o valor das referências salariais dos servidores civis, ativos e inativos e pensionistas do Poder Executivo até o valor do salário mínimo de R\$ 1.100,00.
- 
- Lei nº 9.230/2021** Altera a Lei nº 5.810 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Estado), de 24/01/1994
- 
- Lei nº 9.232/2021** Suspende o prazo de validade dos concursos públicos já homologados pelos Poderes, Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual.
- 
- Lei nº 9.233/2021** Altera a Lei nº 8.426, de 16/11/2016, que trata de incentivos à inovação, pesquisa científica e tecnológica e engenharia não rotineira, para o desenvolvimento tecnológico, econômico, científico e social da competitividade do Estado.
- 
- Lei nº 9.234/2021** Criou o Código Estadual de Segurança Contra Incêndios e Emergências.
- 
- Lei nº 9.235/2021** Altera a Lei nº 9.105, de 21/07/ 2020, que trata da elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2021
- 
- Lei nº 9.236/2021** Abre Crédito Especial com objetivo de criar a ação orçamentária COVIDPARÁ.
- 
- Lei nº 9.237/2021** Cria o Programa Estadual “Incentiva+Pará”, para apoiar financeiramente Microempreendedores Individuais e Pessoas Jurídicas que especifica, afetados pelas adversidades econômicas decorrentes da pandemia da COVID-19
- 
- Lei nº 9.253/2021** Autorizou o Executivo a contratar operação de crédito de até R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), para executar projeto de investimento na área da educação, através do Programa Creches por todo Pará



- Lei nº 9.254/2021** Prorrogou o Fundo Esperança. Alterando a Lei nº 9.213, de 25/02/2021; - que trata da abertura das operações de financiamento do Fundo Esperança no exercício de 2021 para dar apoio emergencial aos pequenos e microempreendedores. O Programa beneficiou aproximadamente 50 mil empresas.
- 
- Lei nº 9.256/2021** Instituiu o Programa Creche por Todo o Pará, que fortalece a educação básica no Estado, assegurando a construção de creches em cooperação com os municípios
- 
- Lei nº 9.259/2021** Alterou as leis nºs 5.530, de 13/01/1989; 6.182, de 30/12/1998; 8.455, de 28/12/2016 e 8.873, de 25/06/2019, que reduzem o ICMS sobre operações internas e interestaduais com máquinas e equipamentos destinados ao ativo permanente da indústria, para modernizar e trazer mais tecnologia ao segmento
- 
- Lei nº 9.260/2021** Trata da transação resolutive de litígio relativa à cobrança de créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária
- 
- Lei nº 9.271/2021** Fixou o valor do soldo de Praças e Praças Especiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, equiparando ao salário mínimo.
- 
- Lei nº 9.275/2021** Criou o Programa Social Carteira Nacional de Habilitação "CNH Pai D'égua", para a formação, qualificação e habilitação profissional gratuita de condutores de veículos automotores
- 
- Lei nº 9.276/2021** Altera a Lei Estadual nº 6.017, de 30/12/1996, que trata do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores/IPVA
- 
- Lei nº 9.291/2021** Altera a Lei Estadual nº 6.489, de 27/12/2020, que trata da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado
- 
- Lei nº 9.292/2021** Trata das diretrizes orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro das atividades do governo do Estado no ano de 2022.
- 
- Lei nº 9.312/2021** institui o Fundo Garantidor do Pequeno Produtor Rural e da Indústria para Bioeconomia-FGPPIB, para prover, por meio de garantia complementar, os recursos para operações de financiamento a pessoas físicas e jurídicas, para alavancagem e diversificação produtiva, focado na bioeconomia e manejo sustentável no Estado.



- Lei nº 9.313/2021** Alterou a Lei Estadual nº 5.810, de 24/01/1994 e garantiu horário especial ao servidor que tenha sob seus cuidados pessoa com deficiência, independentemente de compensação de horário, se comprovada a necessidade.
- 
- Lei nº 9.317/2021** Institui o Programa Estadual 'Água Pará'.
- 
- Lei nº 9.318/2021** Institui o Programa Estadual Extraordinário de Transferência de Renda 'Vale-Gás'
- 
- Lei nº 9.319/2021** Institui o Programa Estadual de Incentivo à Qualidade de Profissionais da Saúde/QUALIFICASAÚDE.
- 
- Lei nº 9.321/2021** Institui o Dia do Militar Veterano do Estado do Pará.
- 
- Lei nº 9.322/2021** Trata da remuneração dos profissionais da educação básica da rede pública de ensino do Estado, altera as leis nºs Lei nº 7.442, de 02/07/ 2010, nº 8.030, de 21/07/2014, nº 5.351, de 21/11/1986 e nº 7.442, de 02/07/ 2010
- 
- Lei nº 9.323/2021** Institui o Sistema de Ensino do Corpo de Bombeiros Militar do Pará.
- 
- Lei nº 9.324/2021** Cria o Programa "Forma Pará", de Educação e Formação Superior
- 
- Lei nº 9.325/2021** Alterou a nomenclatura do cargo de Agente Penitenciário para Policial Penal e alterou a Lei Estadual nº 8.937, de 02/12/2019
- 
- Lei nº 9.330/2021** Denominou de Zeno Augusto Bastos Veloso, o Arquivo Público do Estado do Pará, em homenagem ao jurista e professor paraense
- 
- Lei nº 9.331/2021** Alterou a Lei Estadual nº 9.237, de 25/03/2021, que criou o 'Incentiva + Pará', de apoio financeiro à Microempreendedores Individuais (MEIs), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), afetados pela Pandemia da COVID-19. Beneficiou mais de 10.000 empresas com valores que chegam a R\$ 20 milhões.
- 
- Lei nº 9.333/2021** Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, com a garantia da União e dá outras providências - Investimentos na área de saneamento (COSANPA).



- Lei nº 9.340/2021** Autoriza a abertura de Crédito Suplementar para Ações de Publicidade
- 
- Lei nº 9.348/2021** Altera a Lei Estadual nº 5.810, de 24/01/1994, que trata da licença-paternidade do servidor público
- 
- Lei nº 9.356/2021** Altera a Lei Estadual nº 6.063, de 26/07/1997, que trata da estrutura organizacional da Junta Comercial do Estado do Pará/JUCEPA
- 
- Lei nº 9.369/2021** Institui, a todos os agentes públicos do Poder Executivo do Estado, a obrigatoriedade da entrega do comprovante de vacinação contra COVID-19.
- 
- Lei nº 9.370/2021** Cria o Programa Qualifica Servidor e acrescenta dispositivos à Lei Estadual nº 5.810, de 24/01/1994.
- 
- Lei nº 9.377/2021** Altera a Lei Estadual nº 7.649, de 24/07/2012, que trata das normas de licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas/PPP, no Estado.
- 
- Lei nº 9.378/2021** Altera a Lei Estadual nº 9.139, de 29/10/2020, que instituiu o Programa Estadual Extraordinário de Transferência de Renda-Renda Pará
- 
- Lei nº 9.380/2021** Autoriza o Poder Executivo a celebrar termos aditivos aos contratos firmados com a União com base na Lei nº 9.496, de 11/09/1997 e na Medida Provisória nº 2.192-70, de 24/08/2001, para adoção das condições estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 156, de 28/12/2016.
- 
- Lei nº 9.381/2021** Altera a Lei Estadual nº 9.318, de 22/09/2021, que institui, no âmbito do Estado, o Programa Estadual Extraordinário de Transferência de Renda - "Vale Gás".
- 
- Lei nº 9.382/2021** Altera a Lei nº 6.282, de 19/01/2000, que cria o Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves"-CPC, e altera sua denominação para Polícia Científica do Pará
- 
- Lei nº 9.384/2021** Denomina "Centro de Convenções Sebastião Tapajós", o Centro de Convenções de Santarém.
- 
- Lei nº 9.385/2021** Concede abono aos profissionais da educação básica da rede pública estadual.



**Lei nº 9.387/2021** Altera as Leis nº 4.491, de 28/11/1973, que institui novos valores de remuneração dos policiais militares; nº 5.162-A de 16/10/1984, que trata do ingresso e promoção nos Quadros de Oficiais de Administração (QOA) e de Oficial Especialista (QOE); nº 5.251, de 31/07/1985, que trata do Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado do Pará; nº 6.654, de 01/08/2003, que trata da estruturação do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado (IGEPREV); nº 6.626, de 03/02/2004, que trata do ingresso da Polícia Militar do Estado; nº 6.833, de 13/02/2006, que institui o Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Estado; nº 8.230 de 13/07/2015, que trata da promoção dos Praças da Polícia Militar do Estado e nº 8.388, de 22/09/2016, que trata da promoção dos Oficiais da Polícia Militar do Estado.

---

**Lei nº 9.388/2021** Cria o Programa Extraordinário "Reencontro com a Escola", na rede pública estadual de ensino.

---

**Lei nº 9.389/2021** Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Regularização Fiscal (PROREFIS), relacionado ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) e com o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

---

**Lei nº 9.494/2021** Revisa o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, com reflexos para o período 2022-2023.

---

**Lei nº 9.495/2021** Altera as leis nºs 9.385, de 16/12/2021 e 9.388, de 16/12/2021, que concedem abono aos demais servidores da Secretaria de Estado de Educação.

---

**Lei nº 9.496/2021** Estima Receita e fixa Despesa do Estado para o Exercício Financeiro 2022 (LOA).

---

**Lei Complement.  
nº 136/2021** Prorroga contratos temporários até 31 de dezembro deste ano.

---

**Lei Complement.  
nº 137/2021** Altera a Lei Complementar nº 111, de 28/12/2016, que institui o Regime de Previdência Complementar no Estado.



**Lei Complement.  
n° 139/2021**

Altera a Lei Complementar n° 41, de 29/08/2002, que altera a organização da Procuradoria-Geral do Estado, define sua competência e trata da carreira dos Procuradores do Estado.

---

**Lei Complement.  
n° 140/2021**

Altera a Lei Complementar n° 131, de 16/04/2020.

---

**Lei Complement.  
n° 141/2021**

Altera a Lei Complementar n° 022, de 15/03/1994, que estabelece normas de organização, competências, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil do Estado.

---

**Lei Complement.  
n° 142/2021**

Institui o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado; altera a Lei Complementar n° 039, de 09/01/2002; a Lei n° 4.491, de 28/11/1973; da Lei n° 5.162-A, de 16/10/1984 e da Lei n° n° 5.251, de 31/07/1985



**PRINCIPAIS  
PROPOSIÇÕES  
APROVADAS  
DEPUTADOS**





**Adriano  
Coelho**

MOÇÃO n° 129/2021,  
de 03/03/2021 (Deferida)  
Solicita ao Ministério Público  
Estadual, que sejam  
investigadas denúncias de  
que pacientes estariam sendo  
levados em carro de mão à  
hospitais por falta de  
ambulâncias em Limoeiro  
do Ajuru.

MOÇÃO n° 235/2021,  
de 13/04/2021 (Deferida)  
Solicita ao Governo Estadual  
a inclusão dos jornalistas  
profissionais entre os grupos  
prioritários de imunização  
contra a Covid-19.

MOÇÃO n° 372/2021,  
de 25/05/2021 (Deferida)  
Solicita o asfaltamento  
da Rodovia PA-238, em toda  
a sua extensão.



**Alex  
Santiago**

LEI n° 9.270, de 30/04/2021  
Institui o Dia Estadual  
do Atirador Desportivo

LEI n° 9.242, de 23/03/2021  
Institui a Semana Estadual  
da Carga Tributária

MOÇÃO n° 810/2021,  
de 19/10/2021 (Deferida)  
Solicita providências  
urgentes no sentido de  
viabilizar o remanejamento dos  
discentes matriculados na  
E.E.E.F.M Maroja Neto que  
se encontra interditada  
pelos órgãos de segurança



**Ana  
Cunha**

LEI n° 9.264, de 06/04/2021  
Estabelece a notificação  
compulsória dos casos de  
gravidez na adolescência

LEI n° 9.258, de 15/04/2021  
Trata da notificação  
compulsória nos casos  
de violência autoprovocada,  
incluindo tentativas de suicídio  
e automutilação

LEI n° 9.310, de 15/09/2021  
Declara o "Ritmo Brega"  
integrante do patrimônio  
cultural e imaterial do Estado





**Ângelo  
Ferrari**

LEI n° 9.287, de 29/06/2021)  
Denomina de "Prefeito Tenório  
Carvalho" a Escola Estadual  
em construção no Município  
de Faro/PA

MOÇÃO n° 23/2021,  
de 09/02/2021 (Deferida)  
Solicita à SETRAN  
providências em relação  
à manutenção da Rodovia  
PA-167

MOÇÃO n° 733/2021,  
de 21/09/2021 (Deferida)  
Solicita a reforma da Escola  
Estadual de Ensino Médio  
Dr. Almir Gabriel,  
em Oriximiná



**Antônio  
Tonheiro**

MOÇÃO n° 06/2021,  
de 03/02/2021 (Deferida)  
Trata da construção de  
sistema de abastecimento  
de água na zona rural  
de Irituia

MOÇÃO n° 57/2021,  
de 09/02/2021 (Deferida)  
Trata da recuperação da  
Rodovia PA-432, a partir  
do Km 07, no trecho entre  
a BR-010 e a Vila da  
Conceição, em Irituia

MOÇÃO n° 94/2021,  
de 23/02/2021 (Deferida)  
Trata da recuperação da  
Rodovia PA-124 que liga  
os municípios de Garrafão  
do Norte a Nova Esperança  
do Piriá



**Carlos  
Bordalo**

LEI n° 9.238, de 16/03/2021  
Obriga bares, casas noturnas  
e restaurantes a adotar  
medidas de auxílio e segurança  
à mulher que se sinta em  
situação de risco em suas  
dependências

LEI n° 9.257, de 23/03/2021  
Inclui informações sobre  
os sintomas do Transtorno  
do Espectro Autista/TEA  
na Carteira de Vacinação

LEI n° 9.341 DE 11/11/2021  
Institui o Estatuto da Equidade  
Racial no Estado, adota os  
preceitos da Lei Federal  
n° 12.288, de 20/07/2010,  
e altera a Lei Estadual n° 6.941,  
de 17/01/de 2007





**Chamonzinho**

LEI nº 9.334, de 25/10/2021  
Institui o Dia Estadual  
do Garimpeiro

LEI nº 9.337, de 27/10/2021  
Declara de Utilidade Pública  
a Associação dos Moradores  
de Serra Pelada/AMOSP

MOÇÃO nº 612/2021,  
de 17/08/2021 (Deferida)  
Solicita a construção de uma  
ponte em concreto armado  
no município de Curionópolis



**Chicão**

LEI nº 9.278, de 18/05/2021  
Determina que condomínios  
residenciais, conjuntos  
habitacionais e congêneres  
comuniquem os casos de  
agressões domésticas contra  
mulheres, crianças,  
adolescentes e idosos

LEI nº 9.357, de 29/11/2021  
Institui o Dia Estadual do  
Ministério Público

LEI nº 9.366, de 01/12/2021  
Declara de Utilidade Pública  
a Liga Alenquerense de  
Desportos Atlético, de  
Alenquer



**Cilene  
Couto**

LEI nº 9.298, de 30/08/2021  
Declara de Utilidade Pública  
a Associação dos Moradores  
da Vila de Curupati e região,  
de Viseu

MOÇÃO Nº 509/2021 ,  
de 15/06/2021 (Deferida)  
Solicita a inclusão do município  
de Abaetetuba no “Programa  
Asfalto por Todo o Pará”

MOÇÃO nº 611/2021,  
de 17/08/2021 (Deferida)  
Solicita a reforma do trapiche  
no bairro do Alegre, em  
Marudá





**Delegado  
Caveira**

MOÇÃO nº 181/2021 ,  
de 30/03/2021 (Deferida)  
Solicita a manutenção das  
rodovias PA-150, PA-279  
e todas as demais rodovias  
do Estado

MOÇÃO nº 182/2021 ,  
de 30/03/2021 (Deferida)  
Solicita ao Governo do Estado  
e à Secretaria de Cultura que ,  
dentro da possibilidade e  
com a devida preocupação  
sobre a pandemia que atenda  
ao ofício da Associação  
indígena Tuto Pombo Kayapó

MOÇÃO nº 194/2021 ,  
de 30/03/2021 (Deferida)  
Solicita a inclusão na  
prioridade na vacinação os  
profissionais de Odontologia.



**Delegado  
Nilton Neves**

LEI nº 9.303, de 31/08/2021)  
Institui a Semana  
Estadual de Prevenção  
ao Escalpelamento

LEI nº 9.221 DE 15/03/2021  
Institui o Dia Estadual do  
Consumidor e a Semana  
Estadual do Consumo  
Responsável.

LEI nº 9.231, de 03/03/2021  
Institui a Semana Padre  
Bruno Sechi, de estímulo  
à prática da solidariedade  
pela população do Estado



**Delegado  
Toni Cunha**

LEI nº 9.172, de 13/01/2021  
Declara e Utilidade Pública  
a Associação Comunitária  
dos Moradores do Bairro  
Liberdade

LEI nº 9.353, de 29/11/2021  
Declara de Utilidade Pública  
a Associação Comunitária  
Amor ao Próximo/ACAP





**Diana  
Belo**

LEI nº 9.222, de 03/03/2021  
Declara Patrimônio Cultural  
de Natureza Imaterial do  
Estado do Pará, o Lundu  
Marajoara de Soure

LEI nº 9.239, de 23/03/2021  
Declara de Utilidade Pública  
a Associação dos Produtores  
Rurais da Comunidade de  
São Luís do Apió, em Augusto  
Corrêa

LEI nº 9.302, de 30/08/2021  
Declara Patrimônio Cultural  
de Natureza Imaterial do  
Estado, o Festival do Açaí  
de Irituia



**Dilvanda  
Faro**

LEI nº 9.255, de 13/04/2021  
Institui a Política Estadual  
de Valorização da Qualidade  
de Vida da Mulher Durante  
o Climatério

LEI nº 9.361, de 01/12/2021  
Institui a Semana Estadual  
de Incentivo à Participação  
da Mulher no Processo  
Eleitoral

MOÇÃO nº 400/2021,  
de 31/05/2021 (Deferida)  
Solicita ao Governo do  
Estado a concessão de 6 km  
de estrada destinado  
à pavimentação asfáltica  
da estrada que liga a Vila  
Nova Vida (Vila Sococo)  
à rodovia PA-252, em Moju



**Dirceu  
Ten Caten**

LEI nº 9.336, de 27/10/2021  
Declara de Utilidade Pública  
o Americano Atlético Clube/  
AFC, de Santarém

LEI nº 9.244, de 30/03/2021  
Institui a Semana Estadual  
do Bem Viver

LEI nº 9.267, de 06/04/2021  
Declara de Utilidade Pública  
a Coordenação das  
Associações das Comunidades  
Remanescentes de Quilombos  
do Pará/MALUNGU





**Dr. Galileu**

LEI nº 9.220, de 03/03/2021  
Cria o Dia do Artesão do Miriti,  
no dia 11 de setembro

LEI nº 9.247, de 30/03/2021  
Trata da Campanha Estadual  
de Prevenção e Combate às  
Diversas Espécies de Cegueira,  
a ser realizada anualmente  
no mês de abril.

LEI nº 9.314 DE 17/09/2021  
Declara de Utilidade Pública  
a Associação Multicultural  
Amazônia Mais



**Dr. Jaques  
Neves**

LEI nº 9.299 de 30/08/2021  
Declara de Utilidade Pública  
a Associação Comercial  
e Empresarial de São  
Caetano de Odivelas

LEI nº 9.245, de 30/03/2021  
Cria o Dia Estadual de  
Conscientização sobre  
a Hemofilia e a Semana  
Estadual de Saúde das  
Pessoas com Doenças  
Hemoglobinopatias  
e Coagulopatias Hereditárias

LEI nº 9.265, de 06/04/2021  
Cria o Dia e a Semana  
Estadual de Conscientização  
Sobre Cardiopatia Congênita



**Dr. Wanderlan**

LEI nº 9.218, de 24/02/2021  
Cria o Dia Estadual de  
Prevenção a Pré-eclâmpsia

LEI nº 9.284, de 29/06/2021  
Institui o Dia Estadual em  
Memória das Pessoas que  
Faleceram em Decorência  
da COVID-19 durante  
a pandemia do Coronavírus.

MOÇÃO nº 599/2021  
Solicita a pavimentação  
asfáltica do Ramal do  
Urubuquara, em Bragança.





**Dr<sup>a</sup>. Heloisa**

LEI nº 9.248, de 30/03/2021  
Institui o Dia Estadual  
de Conscientização  
e Divulgação sobre a Fibrose  
Cística

LEI nº 9.280, de 01/06/2021  
Institui a Semana Estadual  
de Sensibilização e Defesa  
dos Direitos dos Portadores  
de Doenças Inflamatórias  
Intestinais

LEI nº 9.307, de 08/09/2021  
Institui o Dia Estadual  
do Administrador



**Eiel  
Faustino**

LEI nº 9.269, de 30/04/2021  
Trata da assistência  
psicológica remota gratuita  
às pessoas com reflexos  
psicológicos negativos  
causados pela pandemia  
da COVID-19, enquanto  
perdura

LEI nº 9.240, de 30/03/2021  
Denomina "Hospital  
Metropolitano de Urgência  
e Emergência Padre Bruno  
Sechi", o Hospital  
Metropolitano de Urgência  
e Emergência/HMUE,  
de Ananindeua

LEI nº 9.126, de 24/02/2021  
Possibilita parcelar débitos  
em contas de energia  
elétrica contraídos entre  
março e julho de 2020



**Eraldo  
Pimenta**

MOÇÃO nº 68/2021,  
de 10/02/2021 (Deferida)  
Solicita a implantação de  
uma usina geradora de  
oxigênio em Altamira

MOÇÃO nº 748/2021,  
de 21/09/2021 (Deferida)  
Solicita ações de recuperação  
fundiária urbana para os  
municípios do Oeste Paraense;

MOÇÃO nº 749/2021,  
de 21/09/2021 (Deferida)  
Solicita patrulhamento  
ostensivo para o município  
de Rurópolis





**Fábio  
Figueiras**

LEI n° 9.252, de 30/03/2021  
Declara de Utilidade Pública  
a Associação de Apoio  
e Orientação ao Pais Autistas/  
GAOPA

MOÇÃO n° 834/2021  
de 19/10/2021 (Deferida)  
Solicita urgência na  
conclusão da concorrência  
pública nacional n° 02/2021.



**Fábio  
Freitas**

LEI n° 9.246, de 30/03/2021  
Institui o Dia Estadual  
do Líder Comunitário

LEI n° 9.266, de 06/04/2021  
Trata do cancelamento ou  
remarcação de passagens  
intermunicipais ou pacotes  
de turismo adquiridos  
no Estado, em razão da  
Covid-19

LEI n° 9.305, de 31/08/2021  
Declara de Utilidade Pública  
a Associação Desafio Jovem  
da Amazônia/DJA



**Gustavo  
Sefer**

LEI n° 9.263, de 30/03/2021  
Cria cadastro, no PROCON/PA,  
para bloqueio de ligações  
e mensagens SMS  
de telemarketing

LEI n° 9.315, de 17/09/2021  
Declara de Utilidade Pública  
a Associação Beneficente  
Amor Pelo Próximo/ABAPP,  
de Xinguara

MOÇÃO n° 224/2021  
de 07/04/2021 (Deferida)  
Solicita a construção de  
um novo Hospital Materno  
Infantil, em Redenção





**Hilton  
Aguiar**

LEI nº 9.283, de 15/06/2021  
Declara de Utilidade Pública  
a Associação Beneficente de  
Recuperação Plantando  
e Colhendo/ABRPC

LEI nº 9.316, de 17/09/2021  
Declara de Utilidade Pública  
a Associação Recreativa Rio  
Negro Esporte Clube-Projeto  
Criança Feliz

LEI nº 9.335, de 25/10/2021  
Declara de Utilidade Pública  
Estadual a Associação Fome  
de Amor



**Igor  
Normando**

LEI nº 9.326, de 07/10/2021  
Institui o Certificado  
de Inclusão Social.

LEI nº 9.308, de 13/09/2021  
Cria a Semana  
de Conscientização Sobre  
a Preservação da Fauna  
e os Meios Legais  
de Proteção aos Animais  
no Estado

MOÇÃO nº 271/2021 ,  
de 20/04/2021 (Deferida)  
Solicita ao Governo do Pará  
que seja realizada  
a vacinação de médico-  
veterinários e seus  
respectivos técnicos  
e auxiliares contra a  
Covid-19.



**José Maria  
Tapajós**

LEI nº 9.290, de 29/06/2021  
Denomina como Professor  
Djalma Lima, o Ginásio  
Poliesportivo de Santarém

LEI nº 9.346, de 19/11/2021  
Denomina de Francisco  
Coimbra Lobato, a Escola  
de Ensino Técnico do Pará/  
EETEPA de Santarém

MOÇÃO nº 500/2021 ,  
de 15/06/2021 (Deferida)  
Solicita à SEGUP a  
implementação de delegacia  
especializada do idoso e da  
pessoa com deficiência,  
em Santarém.





**Junior  
Hage**

MOÇÃO nº 151/2021 ,  
de 16/03/2021 (Deferida)  
Solicita obras de recuperação  
da estrada PA-254 em Prainha.

MOÇÃO nº 200/2021 ,  
de 06/04/2021 (Deferida)  
Solicita à SESPA que priorize  
a vacinação contra a Covid-19,  
os atendentes e agentes  
funerários.

MOÇÃO nº 811/2021 ,  
de 19/10/2021 (Deferida)  
Solicita à SESPA a doação  
de um aparelho de Raio-x  
para a Secretaria Municipal  
de Almerim



**Luth  
Rebelo**

LEI nº 9.347, de 19/11/2021  
Declara de Utilidade Pública  
o Instituto Maria & Marias/  
IMM, de Belém

MOÇÃO nº 208/2021 ,  
de 06/04/2021 (Deferida)  
Solicita ao Governo do  
Estado que viabilize  
estudos no sentido de  
inserção dos Bancários  
do Estado como  
prioridade para receber  
a vacina contra a Covid-19



**Marínor  
Brito**

LEI nº 9.288, de 29/06/2021  
Declara de Utilidade Pública  
o Centro de Estudos para  
Desenvolvimento  
de Tecnologia para Amazônia/  
NAMAZÔNIA

LEI nº 9.350, de 29/11/2021  
Institui março como o Mês  
Estadual de Prevenção  
a Desastres Naturais no Estado

LEI nº 9.362, de 01/12/2021  
Institui o Dia Estadual das  
Quadrilhas Juninas,





**Martinho  
Carmona**

ILEI nº 9272, de 18/05/2021  
Reconhece como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial, o evento cristão Escola de Sabedoria, de Belém

LEI nº 9223, de 24/02/2021  
Institui o Dia Estadual de Combate à Cristofobia

MOÇÃO nº 762/2021 ,  
de 28/09/2021 (Deferida)  
Solicita a realização de serviços de manutenção na iluminação pública da Praça Batista Campos, em Belém.



**Michele  
Begot**

LEI nº 9251, de 30/03/2021  
Denomina de Elza de Oliveira Maia, a Escola Profissionalizante de Tempo Integral, em construção pelo Governo do Estado, em Santa Izabel do Pará

LEI nº 9.342, de 11/11/2021  
Institui e define diretrizes para programa de acesso à produtos de higiene feminina e saúde básica além da conscientização e educação sobre menstruação

LEI nº 9.367, de 01/12/2021  
Declara de Utilidade Pública a Associação Anjos da Guarda



**Miro  
Sanova**

LEI nº 9.241, de 23/03/2021  
Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais de São João do Araguaia

LEI nº 9.351, de 29/11/2021  
Obriga a prestação de socorro imediato em casos de atropelamento de animais nas vias públicas do Estado

LEI nº 9.360, de 30/11/2021  
Obriga a indenização ao consumidor em caso de roubo, furto, arrombamento ou quaisquer danos causados ao veículo, quando estiver estacionado em área disponibilizada pelo estabelecimento





**Orlando  
Lobato**

MOÇÃO n° 165/2021,  
de 23/03/2021 (Deferida)  
Solicita ao Governo do Estado,  
por meio da SESP, a aquisição  
ou produção de vinte milhões  
de máscaras de proteção na  
pandemia da covid-19 para  
a distribuição gratuita para  
a população

MOÇÃO n° 287/2021,  
de 27/04/2021 (Deferida)  
Solicita ao Governo do Estado  
a instalação de uma policlínica  
na região do Marajó Oriental

MOÇÃO n° 922/2021,  
de 16/11/2021 (Deferida)  
Solicita estudos para  
a construção do aeródromo  
de Curralinho-PA.



**Ozório  
Juvenil**

LEI n° 9.228, de 16/03/2021  
Institui a Semana Estadual  
do Panificador

LEI n° 9243, de 23/03/2021  
Trata da liberdade de  
locomoção dos portadores  
de diabetes mellitus tipo 1  
em espaços públicos  
e privados, portando  
alimentos, aparelhos  
e insumos para  
automonitorização

LEI n° 9250, de 30/03/2021  
Declara de Utilidade Pública  
o Instituto Jurídico  
de Desenvolvimento  
Sustentável da Amazônia/  
IJUDESAM, de Belém



**Paula  
Gomes**

LEI n° 9301, de 17/08/2021  
Declara de Utilidade Pública  
a Associação Cultural Novos  
Talentos

LEI n° 9338, de 19/10/2021  
Declara de Utilidade Pública  
a Liga Esportiva Municipal  
de Colares/LEMC

MOÇÃO n° 614/2021,  
de 17/08/2021 (Deferida)  
Solicita a implantação de uma  
delegacia especializada no  
atendimento e defesa da  
mulher em Vigia.





**Prof. Nilse**

LEI nº 9262, de 30/03/2021  
Cria o Estatuto da Pessoa  
com Transtorno do Espectro  
Autista no Estado

LEI nº 9268, de 06/04/2021  
Cria o Programa de Atenção  
a Homens Autores de Violência  
Doméstica e Familiar Contra  
Mulheres, estabelece ndo  
diretrizes para criar Serviços  
de Educação e de  
Responsabilização

LEI nº 9289 de 29/06/2021,  
Declara de Utilidade Pública  
o Clube de Mães Maria, de  
Ananindeua



**Raimundo  
Santos**

LEI nº 9.273, de 01/02/2021  
Declara de Utilidade Pública  
a Associação Mulheres  
Felizes- Belém/AMF-B

LEI nº 9039, de 17/08/2021  
Cria o Programa Estadual  
de Prevenção e Assistência  
aos Portadores de Mal  
de Alzheimer

LEI nº 9286, de 22/08/2021  
Cria o Dia Estadual  
dos Heróis da Saúde



**Renilce  
Nicodemos**

LEI nº 9.368, de 30/11/2021  
Declara de Utilidade Pública  
o Instituto Durvais Reis para  
Desenvolvimento Avançado  
do Nordeste Paraense/IDR

MOÇÃO nº 155/2021,  
de 16/03/2021 (Deferida)  
Solicita a recuperação asfáltica  
da rodovia PA-279

MOÇÃO nº 836/2021,  
de 19/10/2021 (Deferida)  
Solicita a ampliação  
e pavimentação asfáltica  
da rodovia PA-442





**Thiago  
Araújo**

LEI n° 9249, de 30/03/2021)  
Cria o Dia Estadual do  
Ver-o-Peso.



**Victor  
Dias**

LEI n° 9229, de 16/03/2021  
Obriga restaurantes, bares,  
lanchonetes, barracas de  
praia, barracas de feiras,  
ambulantes e similares,  
legalmente autorizados  
para funcionamento a  
usarem e fornecerem  
canudos de papel  
biodegradável e/ou reciclável  
individual e hermeticamente  
embalados com material  
semelhante.

MOÇÃO n° 507/2021,  
de 15/06/2021 (Deferida)  
Trata da necessidade de  
pavimentação do Ramal  
do Porto Grande, em Cameté

MOÇÃO n° 925/2021,  
de 16/11/2021 (Deferida)  
Solicita a pavimentação  
da rodovia PA-450, estrada  
que liga Bragança  
e Tracuateua



## PROPOSIÇÕES APROVADAS (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Decreto Legislativo nº 35/2021 - Aprova a Prestação de Contas do Governador do Estado do Pará, Helder Zahluth Barbalho, referente ao exercício financeiro de 2020.

### DECRETOS DE CALAMIDADE PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS (COVIDPARÁ)

Decreto Legislativo Nº 02 de 16/03/2021 - ÓBIDOS

Decreto Legislativo Nº 03 de 16/03/2021 - BELÉM ;

Decreto Legislativo Nº 04 de 23/03/2021 - LIMOEIRO DO AJURU

Decreto Legislativo Nº 05 de 23/03/2021 - IGARAPÉ AÇU

Decreto Legislativo Nº 06 de 23/03/2021 - QUATIPURU

Decreto Legislativo Nº 07 de 23/03/2021 - SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Decreto Legislativo Nº 08 de 23/03/2021 - ANANINDEUA

Decreto Legislativo Nº 10 de 30/03/2021 - PRORROGAÇÃO SANTARÉM

Decreto Legislativo Nº 11 de 30/03/2021 - PRORROGAÇÃO ALTAMIRA

Decreto Legislativo Nº 12 de 30/03/2021 - AURORA DO PARÁ

Decreto Legislativo Nº 13 de 30/03/2021 - PRORROGAÇÃO SÃO FRANCISCO DO PARÁ

Decreto Legislativo Nº 16 de 01/06/2021 - PRORROGAÇÃO ALMEIRIM

Decreto Legislativo Nº 17 de 01/06/2021 - PRORROGAÇÃO MEDICILINDIA;

Decreto Legislativo Nº 18 de 01/06/2021 - PRORROGAÇÃO PORTEL;

Decreto Legislativo Nº 19 de 01/06/2021 - PRORROGAÇÃO PRIMAVERA;

Decreto Legislativo Nº 20 de 01/06/2021 - PRORROGAÇÃO SANTA IZABEL DO PARÁ

Decreto Legislativo Nº 21 de 01/06/2021 - MARACANÃ

Decreto Legislativo Nº 28 de 07/07/2021 - REDENÇÃO.

Decreto Legislativo Nº 31 de 05/10/2021 - PRORROGAÇÃO ALTAMIRA;

Decreto Legislativo Nº 32 de 05/10/2021 - PRORROGAÇÃO BELÉM;

Decreto Legislativo Nº 33 de 05/10/2021 - PRORROGAÇÃO SANTA IZABEL;

Decreto Legislativo Nº 34 de 09/11/2021 - PRORROGAÇÃO REDENÇÃO



**PROPOSIÇÕES  
APROVADAS  
OUTROS  
PODERES**



## PRINCIPAIS PROJETOS APROVADOS: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**Lei nº 9.386/2021** Trata da alteração da Lei nº 8.107 de 19/02/2015, extinguindo e criando cargos do quadro de pessoal da Defensoria Pública do Estado do Pará.

## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**Lei Complementar nº 10/2021** (vetado parcialmente) Altera dispositivos da Lei Complementar nº 86, de 03/01/2013, que trata da Lei Orgânica do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

## MINISTÉRIO PÚBLICO

**Lei nº 9.349/2021** Alterou a Lei nº 8.406, de 17/10/2016, (O Ministério Público poderá, a requerimento do servidor, antecipar a conversão em pecúnia prevista no art. 99, Inciso II, da Lei 5.810, de 24/01/1994, dos períodos de licença-prêmio adquiridas e não gozadas)

**Lei nº 138/2021** Alterou a Lei Complementar nº 057 (Fica permitida a conversão em pecúnia das férias do exercício atual já adquiridas e não gozadas pelos membros em atividades), de 06/07/2006. Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**Lei nº 9.458,  
de 27/12/2021**

Trata da aprovação e autorização para o encaminhamento de Projeto que promove a revisão anual da tabela remuneratória do quadro de pessoal do TCE.

---

**Lei Complement.  
nº 143/2021**

Altera a Lei Complementar nº 081 de 26/04/2012, Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado (Resolução nº 19.295)

## TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**Lei nº 9.493/2021**

Trata do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Quadro de Pessoal do TCM

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

**LEI nº 9.217,  
de 05/03/2021**

Altera a Lei nº 8.328, de 29/12/2015, que trata do Regimento de Custas e outras despesas processuais do Poder Judiciário do Estado

---

**Lei nº 9.383,  
de 16/12/2021**

Altera a Lei Estadual nº 8.328, de 29/12/2015, que trata do Regime de Custas e outras despesas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará

---

**Lei nº 9.457,  
de 27/12/2021**

Anteprojeto de Lei referente à recomposição inflacionária da remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará.



# TIPOS DE PROPOSIÇÕES





A produção legislativa em 2021 se manteve ativa, com destaque para as Sessões (Ordinárias e Extraordinárias), com números expressivos: 2.296 proposições apresentadas (761 Projetos, 1024 Moções e 500 Requerimentos).

Quanto à apreciação das proposições, foram aprovados 502 Projetos, 1024 Moções e 370 Requerimentos, totalizando 1896 proposições aprovadas neste ano.





foto: AID-Alepa

**CO**  
**MIS**  
**SÕES**  
**PERMANENTES**



## COMISSÕES PERMANENTES

As Comissões são órgãos temáticos formados pelos deputados para debater e votar as propostas legislativas relacionadas a seus temas, observada a competência específica, emitem pareceres sobre as propostas antes que sejam submetidas ao Plenário.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA/CCJ

Compete opinar sobre o aspecto constitucional, legal, regimental ou sobre técnica legislativa das matérias que lhe forem distribuídas, inclusive aquelas de competência privativa de outras Comissões, a respeito das quais concluirá por projeto, quando cabível.

### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA/CCFO

Compete examinar e emitir parecer sobre projetos relativos ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, créditos adicionais e contas apresentadas, anualmente, pelo Governador, pelos Tribunais de Contas e as contas da Mesa Diretora da ALEPA. Bem como emitir parecer quanto ao aspecto financeiro de todas as proposições, inclusive aquelas de competência privativa de outras Comissões, desde que influam na despesa pública ou no patrimônio do Estado.

### COMISSÃO DE SAÚDE/CSAU

Compete tratar sobre saúde pública, higiene e assistência sanitária.

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO/CEDUC

Compete opinar sobre educação pública e particular.

### COMISSÃO DE CULTURA/CCULT

Compete opinar sobre o desenvolvimento cultural e artístico.



## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR/CDHDC**

Compete opinar sobre assuntos inerentes à defesa do consumidor. Investiga a composição, qualidade, apresentação de bens e serviços, inclusive de concessionários ou permissionários de serviços públicos, órgãos da administração indireta e sociedades de economia mista. Recebe e verifica denúncias sobre a questão. Propõe medidas administrativas e legislativas em defesa do consumidor, e atua, em caráter permanente, com a colaboração das demais Comissões da Assembléia e associações de defesa do consumidor, para o efetivo desempenho de suas funções.

## **COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA/CSEGUP**

Compete opinar sobre o mérito de todas as matérias inerentes à segurança pública em tramitação na Assembléia Legislativa, realizando audiências públicas para discutir com a sociedade civil organizada soluções para as questões de segurança pública no Estado, encaminhando os resultados para o Poder Executivo, bem como elaborar proposições para discussão da Assembléia Legislativa sobre o tema.

## **COMISSÃO DE TURISMO E ESPORTE/CTE**

Compete opinar sobre assuntos atinentes aos esportes e turismo, em geral. Realiza ou estimula congressos, debates e conferências para o intercâmbio e desenvolvimento esportivo e turístico do Estado, bem como propor ou sugerir ao Poder Público Federal, Estadual e Municipal as medidas indispensáveis à prática do esporte. Incentiva a educação física, as modalidades amadorísticas e estimula o movimento esportivo no Estado e nos Municípios, mantendo relacionamento com as instituições públicas e privadas, visando ao planejamento e desenvolvimento turístico do Estado

## **COMISSÃO DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO E ASSUNTOS MUNICIPAIS/CDAEAM**

Compete opinar sobre as propostas que visam à alteração político-administrativa do Estado, especialmente de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios. Verifica o cumprimento dos requisitos constitucionais e legais, particularmente o art. 83 da Constituição Estadual. Promove diligências, obtendo informações e dados indispensáveis, elaborando o projeto de decreto legislativo, autoriza a realização do plebiscito e, conforme o resultado deste, o respectivo projeto de lei. Promove estudos e debates sobre a redivisão político administrativa do Estado, e assuntos de interesse municipal. Aprecia e elabora projetos que impliquem modificações na estrutura político-administrativa do Estado, e opina sobre matérias de interesse do Município.



## **COMISSÃO DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS/COPRED**

Compete analisar e emitir parecer sobre as matérias relacionadas ao uso de drogas em geral. Atua para promover em todos os níveis, estudos e medidas para prevenir o uso indevido de drogas.

## **COMISSÃO DE DEFESA DA 1ª INFÂNCIA, CRIANÇA E ADOLESCENTE/CDICA**

Emitir parecer em todas as proposições que versem sobre matérias relacionadas à primeira infância, crianças e adolescentes, recebendo, avaliando e investigando denúncias relativas à ameaça ou violação dos direitos das crianças e adolescentes. Da mesma forma, fiscaliza e acompanha os programas governamentais relativos à proteção dos direitos da criança e do adolescente, monitora políticas públicas relacionadas à primeira infância, assim como às crianças e adolescentes.

## **COMISSÃO DE AGRICULTURA, TERRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO/CATIC**

Compete opinar sobre assuntos atinentes às atividades agropecuárias, cooperativismo, indústria, comércio e temas fundiários em geral.

## **COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS/CTCOP**

Comete opinar sobre assuntos relativos à viação, transportes, comunicações e obras públicas.

## **COMISSÃO DE APOIO À PESCA E AQUICULTURA/CAPA**

Compete apreciar e elaborar projetos relacionados a política pesqueira e aquícola. Abrange produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem.

## **COMISSÃO DE ECOLOGIA, MEIO AMBIENTE, GEOLOGIA, MINERAÇÃO E ENERGIA/CMAGME**

Compete opinar sobre projetos que impliquem em alterações no meio ambiente.



## **COMISSÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL/CRTPAS**

Emite parecer em proposições que tratem de assunto de natureza trabalhista e previdenciária dos servidores do Estado, bem como de matéria atinente à assistência social e que envolva interesses das crianças, dos adolescentes e dos idosos, promovendo inquéritos, investigações, simpósios, debates e estudos sobre o cumprimento e repercussão sócio-econômica das normas asseguradoras dos direitos trabalhistas e previdenciários, inscritas na Constituição e nas leis federais e estaduais, etc.

## **COMISSÃO DE REDAÇÃO/CRL**

Compete revisar, ordenar, aperfeiçoar a técnica legislativa e elaborar a redação final das proposições aprovadas pelo Plenário, exceto as de leis orçamentárias e de prestação de contas, sem modificar o sentido e o conteúdo das proposições.



**CO**  
**MIS**  
**SÕES**  
**TEMPORÁRIAS**



As Comissões Temporárias são colegiados constituídos por parlamentares a fim de apreciar um assunto específico, que se extinguem ao término da legislatura ou quando alcançam a finalidade a que se destinam.

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

As Comissões Parlamentares de Inquérito se destinam a investigar fatos relevantes para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica ou social do Estado, e têm poderes de investigação equivalentes aos de autoridades judiciais.



## CPI DA VALE

Em 2021, tivemos também a instalação de três comissões temporárias, entre elas a CPI da Vale, instalada em 26 de maio de 2021, objeto do requerimento nº 90/2021, de autoria do deputado Ozório Juvenil, criada com o objetivo de investigar a “Empresa VALE S.A., a concessão de incentivos fiscais, o descumprimento de condicionantes ambientais, falta de segurança em barragens, repasses incorretos de recursos aos municípios, a verificação das práticas dos preços externos segundo as normativas legais, o cadastro dos processos minerários existentes no Estado e outros fatos que atentam contra o desenvolvimento econômico do Pará”, por Ato da Presidência nº 11/2021 que nomeou como membros da CPI o Deputado Eraldo Pimenta – Presidente, Deputado Bordalo – Vice Presidente, Deputado Igor Normando – Relator, Deputada Cilene Couto, Deputado Miro Sanova, Deputado Eliel Faustino e Deputado Ozório Juvenil, sendo prorrogada em 24 de agosto de 2021, e, novamente prorrogada em 09 de novembro de 2021, realizou as seguintes atividades conforme demonstrativo abaixo:

Foram realizadas dezesseis REUNIÕES ADMINISTRATIVAS, em sua maioria com a presença dos Deputados membros, e apenas três que não obtiveram quorum. Também houve quatro AUDIÊNCIAS PÚBLICAS com os temas: "A atuação da Vale no Estado do Pará e as inseguranças geradas pelo descumprimento das condicionantes"; "As práticas de preços externos e repasses de recursos aos municípios paraenses pela empresa VALE S/A"; "Os impactos Socioambientais do Projeto Onça Puma da empresa VALE S/A"; e "A situação social e os cumprimentos das condicionantes socioambientais acerca das barragens de Belo Monte", onde contamos com a participação dos Deputados membros, convidados, equipe técnica e sociedade civil.

Como o intuito de elucidar as questões levantadas na CPI, se fez necessária a realização de algumas DILIGÊNCIAS, num total de cinco, através de visitas aos municípios paraenses onde há atuação da VALE S/A, entre eles Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás e Ourilândia do Norte, além da visita à Companhia Siderúrgica do Pecém no Estado do Ceará. Ainda neste sentido, foram realizadas dez OITIVAS para que as pessoas que participam dos processos da VALE S/A pudessem esclarecer os pontos chaves de interesse da Comissão como:

- 1 - Octávio Bulcão Nascimento - Diretor Global Tributário da Vale S.A.
- 2 - Murilo Muller - Gerente Executivo de Controladoria e Contabilidade
- 3 - Alexandre D'Ambrosio - Vice-Presidente Executivo de Jurídico e Tributário
- 4 - Marcelo Spinelli - Vice-Presidente Executivo de Ferrosos da Vale S.A.



- 5- Bruno Ferraz - Gerente Executivo de Gestão Ambiental da empresa VALE S.A;
- 6 - Luciano Madeira - Especialista Técnico de Meio Ambiente da Vale S.A.
- 7 - Hugo Barreto - Diretor de Investimento e Desenvolvimento Social da Vale S.A.
- 8 - Rafael Martinez - Gerente Executivo de Desenvolvimento Territorial e Relacionamento com Comunidades da Vale S.A.
- 9 - Deni Otávio Oliveira de Souza - Gerente Executivo de Geotecnia da Área de Ferrosos da Vale S.A.
- 10 - José Henrique Coelho Wanderley Costa - Gerente Executivo de Geotecnia da Área de Metais Básicos da Vale S.A.
- 11 - Darci Lermen - Prefeito de Parauapebas
- 12 - Paulo Roberto Ribeiro Pinto - Presidente do Consórcio de Empresas Responsável pela Usina de Belo Monte
- 13 - Júlio César Dairel - Prefeito de Ourilândia do Norte
- 14 - Josemira Gadelha - Prefeita de Canaã dos Carajás



# COMISSÃO DE ESTUDO

São destinadas ao estudo ou investigação de determinado assunto, por tempo determinado, e dependerão de requerimento de iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão, aprovado pelo Plenário.

Atualmente a ALEPA possui as seguintes comissões de estudos, todas constituídas por ato legal, como preconiza o regimento da Casa:

- |              |   |
|--------------|---|
| <b>Nº 01</b> | Elaboração do anteprojeto de lei sobre as normas de execução penal  |
| <b>Nº 02</b> | Relação de consumo mantida pelas Centrais Elétricas do Pará (CELPA) com os seus consumidores, com a finalidade de traçar um diagnóstico a respeito dos principais problemas que envolvem a empresa sob a ótica consumerista |
| <b>Nº 03</b> | Modernização Tributária   |
| <b>Nº 04</b> | Sistema Tarifário de Energia Elétrica no Estado do Pará e seus desdobramentos na vida do consumidor paraense  |
| <b>Nº 05</b> | Desenvolvimento de estudos, análises e verificações sobre a Metodologia e Critérios para alcançar os índices da cota-parte do ICMS para o Estado. Artigo 40, do regimento interno desta casa legislativa                    |
| <b>Nº 06</b> | Definir em legislação estadual as diretrizes da educação camponesa, quilombola e indígena   |
| <b>Nº 07</b> | Ampliação, melhoria e fortalecimento da Política Pública de Assistência Social no Estado.   |



## COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO EXTERNA

São destinadas a representar a Assembleia Legislativa em congressos, solenidades e outros eventos e atos públicos e são criadas por proposição da Mesa, a requerimento de Deputado ou Comissão, após aprovação pelo Plenário, e terão, no máximo, cinco membros.

Na atual legislatura a Assembleia conta com as seguintes comissões de representação externa. todas constituídas por ato legal, como preconiza o regimento da Casa.:

- |              |  |
|--------------|--|
| <b>Nº 01</b> | Fiscalização da aplicação dos recursos para prevenção e combate do Coronavírus (COVID-19) nos municípios paraenses     |
| <b>Nº 02</b> | Fiscalização das OBRAS CONDICIONANTES impostas pelo IBAMA à Empresa Norte Energia S. A.                                |
| <b>Nº 03</b> | Acompanhamento das políticas públicas para a redução da tarifa de energia elétrica no Estado                           |
| <b>Nº 04</b> | Reivindicar junto a mineradora VALE para que ocorra os investimentos comprometidos por essa empresa em Marabá e região |
| <b>Nº 05</b> | Acompanhar no Supremo Tribunal Federal, o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade 4786                      |

## COMISSÃO REPRESENTATIVA

O funcionamento regimental desta comissão se dá durante os recessos parlamentares (janeiro e julho) e sua composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária



**FREN  
TES  
PARLAMEN  
TARES**



## FRENTES PARLAMENTARES

As Frentes Parlamentares são associações de deputados, de caráter suprapartidário, destinada a promover, em conjunto com representantes da sociedade civil e de órgãos públicos afins, a discussão e o aprimoramento da legislação e de políticas públicas para o Estado do Pará.

Na atual legislatura a Assembleia Legislativa conta com as seguintes Frentes parlamentares, constituídas por ato legal, como preconiza o regimento da Casa:

**Nº 01** Estudo sobre a Habilitação dos Serviços Prestados pelos Hospitais Estaduais do Pará no Ministério da Saúde.

---

**Nº 02** Para o fortalecimento da Defensoria Pública do Estado do Pará.

---

**Nº 03** Para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios que compõem o Arquipélago do Marajó

---

**Nº 04** Em favor do livro, leitura, literatura e biblioteca no Estado

---

**Nº 05** Em defesa dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com objetivo de defender e garantir as políticas destinadas às pessoas com esta condição no Estado

---

**Nº 06** Para o fortalecimento da Universidade do Estado do Pará, Campus VII - Conceição do Araguaia



**RE  
UNI  
ÕES**  
**REALIZADAS**



# REUNIÕES REALIZADAS NO ANO DE 2021

Durante o ano legislativo de 2021, no período compreendido entre os dias 02 de fevereiro à 23 de dezembro, pode-se considerar que, mesmo em tempo pandêmico, a ALEPA teve uma boa produção legislativa, quando foram realizadas 39 Sessões Ordinárias, 95 Sessões Extraordinárias, 14 Sessões Solenes, 22 Sessões Especiais e 17 Audiências Públicas.

TIPO DE REUNIÃO	QUANTIDADE			TOTAL
	PRESENCIAL	VIRTUAL	MISTA	
SESSÃO ORDINÁRIA	35	0	4	39
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	84	0	11	95
SESSÃO SOLENE	8	0	6	14
SESSÃO ESPECIAL	8	1	13	22
AUDIÊNCIA PÚBLICA	4	5	8	17
SESSÃO PREPARATÓRIA DE ELEIÇÃO DA MESA	1	0	0	1
SESSÃO DE INSTALAÇÃO	1	0	0	1
COMISSÕES PERMANENTES	52	15	37	104
COMISSÕES TEMPORÁRIAS	21	0	2	23
FRENTES PARLAMENTARES	1	0	1	2
REUNIÕES PARTIDÁRIAS	2	0	2	2
CULTOS	13	0	0	13
CURSO / OFICINA / WORKSHOP / SEMINÁRIO / PALESTRA / CONGRESSO	27	0	0	27
<b>TOTAL</b>	<b>257</b>	<b>21</b>	<b>82</b>	<b>360</b>



# REUNIÕES SOLENES



05/01/2021 - Posse dos suplentes- Marco Adriano Albuquerque Coelho e José Maria Tapajós

01/02/2021 - Posse de Mesa Diretora para o Biênio 2021/2022

02/02/2021 - Instalação da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, com a leitura da mensagem do Poder Executivo pelo Governador, Helder Barbalho

15/04/2021 - Alusão ao dia das professoras e dos professores do SOME - Sistema de Organização Modular de Ensino, no Estado do Pará

14/06/2021 - Homenagem a Igreja Evangélica da Assembleia de Deus pelos 110 anos, com a presença da Conselheira Lourdes Lima, Presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE)

24/06/2021 - Homenagem às personalidades que contribuíram para o relacionamento Portugal x Pará, com as presenças da Vice Cônsul de Portugal no Pará, Maria Fernanda Granja, o Promotor de Justiça Frederico Antônio Lima de Oliveira representando o Procurador-geral de Justiça do Estado, André Luiz Cunha, Secretário Municipal de Turismo; e Luís Otávio Rei Monteiro, Presidente do Conselho da Comunidade Luso-Brasileira no Pará

23/08/2021 - Comemoração do Dia do Soldado, com a presença do Comandante da 8ª Região Militar, General de Divisão Otávio Rodrigues de Miranda Filho

23/09/2021 - Homenagem aos profissionais da dança, com a presença do Presidente da FUMBEL, Michel Pinho

27/09/2021 - Homenagem à ONG Arte Pela Vida

30/09/2021 - Homenagem aos Administradores, que contou com a presença do Fábio Lúcio, Presidente do Conselho Regional de Administração do Pará (CRA-PA), Maria Buchelle, Presidente da Associação de Administradores do Oeste do Pará, e ainda a participação por vídeo do Presidente do Conselho Federal de Administração (CFA), Mauro Kreuz

11/11/2021 - Homenagem aos 70 anos da FAEPA (Federação da Agricultura e Pecuária do Pará), com a presença de Carlos Xavier, Presidente da FAEPA



**09/12/2021** - Homenagem ao Projeto Conecta Pará, que foi reconhecido mundialmente pelo Prêmio Democracy Global da Washington Academy of Politics Arts and Science nos Estados Unidos

**09/12/2021** - Homenagem aos 75 Anos do Jornal O Liberal

**13/12/2021** - Entrega de Títulos Honoríficos “Honra ao Mérito” e “Honra ao Mérito - Post-Mortem”; “Cidadão do Pará” e “Cidadão do Pará - Post-Mortem” - Parlamento da ALEPA



# REUNIÕES ESPECIAIS



**04/02/2021** - Processo de vacinação para a imunização populacional contra a Covid-19 no Estado

**13/04/2021** - Arguição Lúcio Vale Dutra, para conselheiro do TCM

**20/05/2021** - Política nacional de saúde mental

**27/05/2021** - Atual cenário do Combate a Violência Contra crianças e adolescentes

**31/05/2021** - Procuradoria da Mulher: Criação de Protocolo da Rede de Mulher em situação de violência

**21/06/2021** - Ciclomobilidade Urbana: Segurança, Respeito e Fiscalização

**23/06/2021** - Reunião para tratar sobre grandes projetos na Amazônia

**25/06/2021** - Homenagem ao Ministério Público, com as presenças do Procurador-geral de Justiça do MPPA, Dr. César Mattar Júnior, a Presidente do TCE, Maria de Lourdes Lima de Oliveira, a Presidente do TCM, Mara Lúcia Barbalho da Cruz, Manoel Murrieta, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Manoel Santino, Corregedor do MPPA, Adélio dos Santos, Ouvidor do MPPA e Jarbas Vasconcelos, Secretário de Estado de Administração Penitenciário

**28/06/2021** - Tráfico de seres humanos, com a presença do Juiz do Trabalho Jonatas Andrade, José Azcona, representante da Comissão de Justiça e Paz da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Presidente da Comissão de Direito Internacional da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará, Samuel Medeiros, e Francisco Batista, representante da OIM

**24/09/2021** - Homenagem ao Centenário Paulo Freire e tivemos a presença da Secretária Estadual de Educação, Eliete Braga e do Reitor da Universidade Federal do Pará, Emanuel Tourinho

**07/10/2021** - Outorga do "Mérito Nossa Senhora de Nazaré"

**27/10/2021** - Cobertura obrigatória de sessões com psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos para o tratamento/manejo do Transtorno do Espectro Autista (TEA)

**27/10/2021** - OUTUBRO ROSA - Fortalecer a campanha de prevenção e diagnóstico precoce do câncer, com Márcia Jorge, coordenadora de integração de políticas públicas para as mulheres; Dr. Hélio Franco, médico da SESPA; Dra. Rejane de Oliveira, juíza de Direito e Dr. Franklin Lobato Prado, promotor.



**03/11/2021** - Reinstalação da Frente Parlamentar da Juventude em Defesa de Políticas Públicas para Juventude do Estado do Pará com a presença de Claudilene Souza Maia, representando o ParáPaz, Mattheus Oliveira, Coordenador da Cooperação da Juventude Amazônica para o Desenvolvimento Sustentável (Cojovem) e Embaixador da juventude pelas Organizações das Nações Unidas (ONU)

**04/11/2021** - Perspectivas e desafios da política nacional sobre drogas com a presença do representante do Ministério da Cidadania Dr. Quirino Cordeiro, Secretária Nacional da Juventude do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Emilly Coelho, e Secretário Adjunto da Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania, Raimundo Santos Júnior

**19/11/2021** - Homenagem ao Dia do Capelão Paraense

**22/11/2021** - Homenagem ao Dia do Conselheiro Tutelar

**22/11/2021** - Problemas Socioambientais dos Moradores do Xingu

**25/11/2021** - Homenagem aos 02 anos da Editora Pública Dalcídio Jurandir e contou com a presença do Presidente da Imprensa Oficial do Estado, Jorge Panzera, e do Vice Reitor da UFPA, Gilmar Pereira

**02/12/2021** - Código de Proteção aos Animais do Estado, com a presença da Promotora de Justiça Maria José Vieira de Carvalho Cunha, Delegado Valdir Freire Cardoso, Diretor da Divisão Especializada em Meio Ambiente e Proteção Animal (DEMAPA), Professor e Juiz Federal Vicente de Paula Júnior, em participação remota, do Estado do Paraná, e Rafael Titan, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais da OAB/PA

**03/12/2021** - Homenagem às igrejas pelos trabalhos desenvolvidos na pandemia com a presença do Deputado Federal e pastor Vavá Martins

**06/12/2021** - Homenagem aos 90 anos da Lancha Luzeiro do Pará



**PARTICIPAÇÃO EM**  
**CON**  
**SE**  
**LHOS**



A Presidência da Casa faz a gestão da participação de Deputados(as) em Conselhos Estaduais, considerando a sua atuação dentro das Comissões Permanentes, para posterior encaminhamento ao Governador. Atualmente, a Alepa tem representatividade parlamentar em 16 Conselhos.

CONSELHO	MEMBROS	ORGÃO(S)
Conselho Estadual de Previdência/CEP	TIT: Dep. Fábio Freitas SUP: Dep. Ozório Juvenil	IGEPREV
Conselho Fiscal do IGEPREV	TIT: Maria Marcia Leite SUP: Miguel Evangelista Miranda Cruz	IGEPREV
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente/CEDCA-Pará	TIT: Dep. Michele Begot SUP: Dep. Ana Cunha	SEASTER
Conselho Gestor da Funcacau	TIT: Dep. Eraldo Pimenta SUP: Dep. Ozório Juvenil	SEDAP
Conselho Estadual das Cidades/CONCIDADES	TIT: Deps. Prof <sup>ª</sup> . Nilse e Orlando Lobato SUP: Deps. Paula Gomes e Martinho Carmona	SEDOP
Conselho Estadual do Cooperativismo/CECOOP	TIT: Deo. Dr. Galileu SUP: Dep. Prof <sup>ª</sup> . Nilse	SEDEME
Conselho Estadual de Educação/CEE	TIT: Dep. Prof <sup>ª</sup> . Nilse	SEDUC
Conselho Estadual de Segurança Pública/CONSEP	TIT: Deps. Fábio Freitas e Delegado Nilton Neves SUP: Deps. Delegado Toni Cunha e Dirceu Ten Caten	SEGUP
Conselho Estadual de Justiça e Direitos Humanos/CEDJDH	TIT: Dep. Chicão SUP: Dep. Carlos Bordalo	SEJUDH
Conselho Universitário da UEPA	TIT: Dep. Dr <sup>ª</sup> . Heloísa SUP: Dep. Dirceu Ten Caten	UEPA
Conselho Estadual do Meio Ambiente/ COEMA	TIT: Dep. Miro Sanova SUP: Dep. Fábio Freitas	SEMAS
Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social/CGFEHIS	TIT: Deps. Dilvanda Faro e Jaques Neves SUP: Deps. Carlos Bordalo e Chicão	COHAB
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da Mulher do Estado do Pará	TIT: Dep. Prof <sup>ª</sup> . Nilse SUP: Dep. Dr <sup>ª</sup> . Heloísa	SEJUDH
Conselho Penitenciário Estadual/COPEN	TIT: Dep. Michele Begot SUP: Dep. Fábio Freitas	SEASP
Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológico/CONSECTET	TIT: Dep. Dirceu Ten Caten SUP: Dep. Ozório Juvenil	SECTET
Conselho Gestor do Fundo de Apoio ao Reg. Civil do do Pará/FRC	TIT: Dep. Igor Normando	SEASTER





**PRO  
CU  
RA  
DO  
RI  
A  
DA MULHER**



A Procuradoria Especial da Mulher da Alepa faz em média de cinco atendimentos diários, através do encaminhamento aos órgãos competentes, totalizando aproximadamente 100 atendimentos por mês na sala Eneida de Moraes, na ALEPA.

A sua atuação é de grande relevância para a população feminina do Estado, e entre as diversas atividades desenvolvidas pela Procuradoria, podemos citar:



## LANÇAMENTO DA CARTILHA DE CRIMES CONTRA A MULHER

A Promotoria de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e o Núcleo Mulher do MPPA, em parceria com a Procuradoria da Mulher da ALEPA, lançaram a Cartilha Crimes Contra a Mulher, que redobra a atenção à violência doméstica durante o isolamento social, causado pela pandemia da Covid-19. O lançamento, em 14 de abril, aconteceu de forma semipresencial com transmissão pelos canais da ALEPA (TV Alepa, Rádio Web Alepa e pelo Canal da Alepa no YouTube)

A violência doméstica e familiar contra a mulher demanda atenção urgente. A parceria entre a Procuradoria da Mulher da ALEPA e o MPPA surgiu da necessidade de unir forças no combate a esse tipo de violência e evitar que ela se intensifique

A cartilha, instrumento de informação, resume os principais crimes praticados contra as mulheres, com base na legislação pertinente e na bibliografia disponível. O objetivo é compartilhar conhecimentos, relatar experiências positivas e partilhar boas práticas que contribuam com a prevenção da ocorrência e do agravo e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres.

"A agressão a uma mulher é uma covardia que não pode ser tolerada, mesmo que não tenha marcas. Não mancha a pele, mas mancha a alma", destacou a Prof<sup>ª</sup> Nilse Pinheiro, procuradora titular do órgão.

O conteúdo foi elaborado a partir da contribuição de diversos órgãos da rede de proteção à mulher. A edição foi direcionada aos profissionais da linha de frente do atendimento às mulheres em situação de violência doméstica no Pará: policiais civis e militares, psicólogos, assistentes sociais, profissionais da área de saúde e quem mais tiver interesse na causa



# ENTRE OUTROS EVENTOS E AÇÕES PODEMOS CITAR TAMBÉM:

Inauguração da Pedra Fundamental da “CASA DA MULHER” e da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Ananindeua;

Campanha 8 de Março “ÓRFÃOS DO FEMINICÍDIO” (mês da mulher);

Campanha Março Lilás (combate do câncer do colo uterino);

Criação da Plataforma “EMPREENDA MAIS” (Mulheres Empreendedoras do Estado do Pará);

Prêmio Mulher Empoderada;

Participação no projeto “DEFENDA-ME”, promovido pela Defensoria Pública do Pará, voltado à criação de Procuradorias Municipais;

IV Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de Marituba;

Instalação da Procuradoria da Mulher de Barcarena;

VI Conferência Estadual de Política para as Mulheres do Estado do Pará;

Instalação da Procuradoria da Mulher de Tomé-Açu;



# REUNIÕES, SESSÕES E LIVES

Reunião Virtual da Comissão de Direitos Humanos da Alepa, representantes do Legislativo, da Procuradoria Especial da Mulher e lideranças sociais de Curalinho sobre a criação do Instituto Filhas de Leila

Reunião Semipresencial da Procuradoria Especial da Mulher, MPPE e instituições de Ensino Superior sobre parcerias para implementação de Curso de Pós-Graduação sobre Direito da Mulher no Pará

Live "A Importância da Saúde Mental das Mulheres"

Live "A Criação da Secretaria Municipal da Mulher de Ananindeua e Políticas Públicas"

Live "O Protagonismo da Mulher na Sociedade"

Live "Atendimento à Mulher na Rede de Serviços e a Violência Institucional"

Live "Empoderamento e Emancipação das Mulheres"

Live "Mulheres Empreendedoras em Tempo de Crise"

Sessão Especial Semipresencial para a criação do Protocolo da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência





Webnário Estadual "Órfãos do Femicídio, Vítimas Invisíveis"

I Plenária de Mulheres de Ananindeua, para criação da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres

Plenária do Conselho Estadual de Políticas para as Mulheres do Estado;

Audiência Pública para discutir a rede de políticas públicas para atendimento às mulheres no município de Cametá e posse do novo Conselho Municipal das Mulheres do município;

Mesa de debate na Câmara Municipal de Vereadores de Marabá com uma rede de mulheres do município;

Encontro Nacional de Procuradoras da Mulher (Câmara dos Deputados);

Palestra "Diálogos da Sociedade", no município de Barcarena;

Seminário "O amor não causa dor", na Secretaria Municipal de Assistência Social de Barcarena;

Sessão Especial em Alusão à Campanha Outubro Rosa de Prevenção ao Câncer de Mama;

Sessão Especial em Alusão a Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher.





# ES CO LA

DO LEGISLATIVO



A Escola do Legislativo (ELEPA), vinculada à Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), tem como principal missão oferecer aos funcionários a oportunidade de desenvolvimento integral de educação aplicada no âmbito do poder legislativo, caracterizada com base na formação de recursos humanos nas áreas de conhecimento em que atuam, a fim de torná-los cada vez mais aptos à inserção em setores profissionais ao atender as suas devidas aptidões.

No ano de 2021 a ELEPA, por meio de atividades formativas e de capacitação, promoveu ações com o intuito de fortalecer práticas profissionais e investigativas, ao incentivar o aprimoramento e o desenvolvimento de conhecimento relativos ao legislativo estadual e municipal, o que possibilitou a difusão de informações de acordo com as suas finalidades institucionais.

A disseminação das ações formativas no âmbito do legislativo estadual e municipal – Forma ELEPA/ALEPA Local e Forma ELEPA/ALEPA Itinerante; a abertura do processo de credenciamento da ELEPA junto ao Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE) para a oferta de Graduação e Especialização (presencial e à distância); a estruturação da Plataforma Mnemosine, para realização de cursos em EAD e o ordenamento dos Atos Normativos da Escola, consideram-se como principais atividades realizadas no ano de 2021 e enquadram-se no rol de inovações propostas pela Direção da Escola do Legislativo.

Diante disso, as ações planejadas pela ELEPA para o exercício 2021 foram embasadas nos seguintes princípios formativos: capacitação profissional, formação profissional e aprimoramento profissional. Contemplaram princípios a partir da execução específica de ações propostas e definidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (2020), como o desenvolvimento de capacidade e habilidades em transmitir informações e aprimorá-las; estímulo da capacidade de aprender, criar, formular ao invés de somente reproduzir.

Visando cumprir a missão institucional, a ELEPA lançou em 2021 o Forma ELEPA/ALEPA – Itinerante, através da Resolução nº 02, de 23/11/2021, como um meio de levar contribuições para a melhoria do desempenho da gestão no âmbito do poder legislativo estadual e municipal aos vereadores, gestores e servidores das Câmaras Municipais dos municípios integrantes das Regiões de Integração do Pará (Araguaia, Baixo Amazonas, Guajará, Guamá, Rio Caeté, Tapajós e Xingu).

Os eventos tiveram a finalidade específica de realizar a formalização de um Acordo de Cooperação Técnica entre a ALEPA e as Câmaras Municipais dos municípios envolvidos, que teve como objeto estabelecer e regular a implementação das ações de formação continuada, capacitação, e atualização promovidas pela ELEPA/ALEPA – no âmbito do Programa de Formação Continuada e Modernização do Poder Legislativo, para estímulo e promoção das funções constitucionais, cuja execução depende do esforço e interesse comuns de seus partícipes.





# EVENTOS PLANEJADOS PELA ELEPA



Os eventos abaixo foram planejados nos municípios polos das Regiões de Integração

#### **Forma ELEPA/ALEPA Itinerante - Região de Integração Guajará**

Municípios: Belém, Ananindeua, Benevides, Santa Bárbara e Santa Izabel do Pará

Município polo: Ananindeua

#### **Forma ELEPA/ALEPA - Região de Integração Araguaia**

Municípios: Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumarú do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D'Arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã e Xinguara

Município polo: Redenção

#### **Forma ELEPA/ALEPA - Região de Integração Caeté**

Municípios: Augusto Correia, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Nova Timboteua, Peixe Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia, Santarém Novo, São Francisco do Pará, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu

Município polo: Bragança

#### **Forma ELEPA/ALEPA - Região de Integração Baixo Amazonas**

Municípios: Alenquer, Almirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa

Município polo: Santarém

#### **Forma ELEPA/ALEPA - Região de Integração Xingu**

Municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu

Municípios polo: Altamira

Partindo dessa premissa, também realizamos vários eventos com o objetivo de aprimorar e qualificar os servidores do parlamento.

#### **Forma ELEPA - Direito Constitucional no Contexto Legislativo**

Data: 24 de junho de 2021

Local: Auditório João Batista

Palestrante: Prof. Dr. Jeferson Bacelar, da Escola Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e Docente do Curso de Direito da Universidade da Amazônia (UNAMA)



# **AÇÕES DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DA ELEPA**



### **Webnário ELEPA/ALEPA - Mulheres Empreendedoras**

Data: 09 de março de 2021

Local: Auditório João Batista

Palestrante: Deputada Prof<sup>a</sup>. Nilse – ALEPA; Prof<sup>a</sup>. Msc Solange Silva Souza, Docente do Curso de Serviço Social da Universidade da Amazônia (UNAMA)

### **Webnário ELEPA/ALEPA - Estratégias de Prevenção contra o Trabalho Infantil**

Data: 10 de junho de 2021

Local: Google Meet

Palestrantes: Deputada Ana Cunha – ALEPA; Prof. Dr. Carlos Maciel – Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA); Alberto Teixeira – Diretor do Pró Paz

### **Outubro Rosa ELEPA/ALEPA**

Data: 21 de outubro de 2021

Local: Auditório João Batista

Palestrantes: Francirene Martins Hipólito (Psicóloga do BEBS/ALEPA); Marília Dr. Jorge Vaz (Médico do DBES/ALEPA)

### **Novembro Azul - A saúde do homem: Prevenção do câncer de próstata**

Data: 26 de novembro de 2021

Local: Auditório João Batista

Palestrantes: Francirene Martins Hipólito (Psicóloga do BEBS/ALEPA); Marília Fabianne Heitor (Enfermeira do DBBS/ALEPA); Dr. Gilberto Motta (Médico do DBES/ALEPA); Ana Lúcia Fontenele (Nutricionista do DBES/ALEPA)



**PARCERIAS E  
ACORDOS DE  
COOPERAÇÃO  
TÉCNICA  
DA ELEPA**



Com o objetivo de ampliar o raio de atuação da educação aplicada no âmbito do legislativo da ELEPA, para o ano de 2021, foram encaminhadas propostas de celebração de acordos de Cooperação Técnica com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipais, para firmar a execução de ações conjuntas e de interesses recíprocos.

Acordo de Cooperação técnica com a INTERLEGIS (Senado Federal)

Acordo de Cooperação técnica com a Escola de Governança

Acordo de Cooperação técnica com a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL)

Acordo de Cooperação técnica com as Câmaras Municipais - FORMA ELEPA





**PRINCIPAIS**  
**RE**  
**SUL**  
**TA**  
**DOS**  
**DA ÁREA**  
**ADMINISTRATIVA**



**PLA  
NE  
JA  
MEN  
TO**  
**ESTRATÉGICO**



O Planejamento Estratégico, coordenado pela Secretaria Legislativa, tem como objetivo debater e encaminhar à Mesa Diretora, propostas de planejamento estratégico para o Poder Legislativo.

## REFERENCIAL ESTRATÉGICO

### PRIN CIPALIS FINALIDADES

Exercer o Poder Legislativo, dispondo sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente as discriminadas na Carta Magna Estadual, exigida a sanção do Governador, exceto para as de competência exclusiva da Assembleia Legislativa.

### MIS SÃO

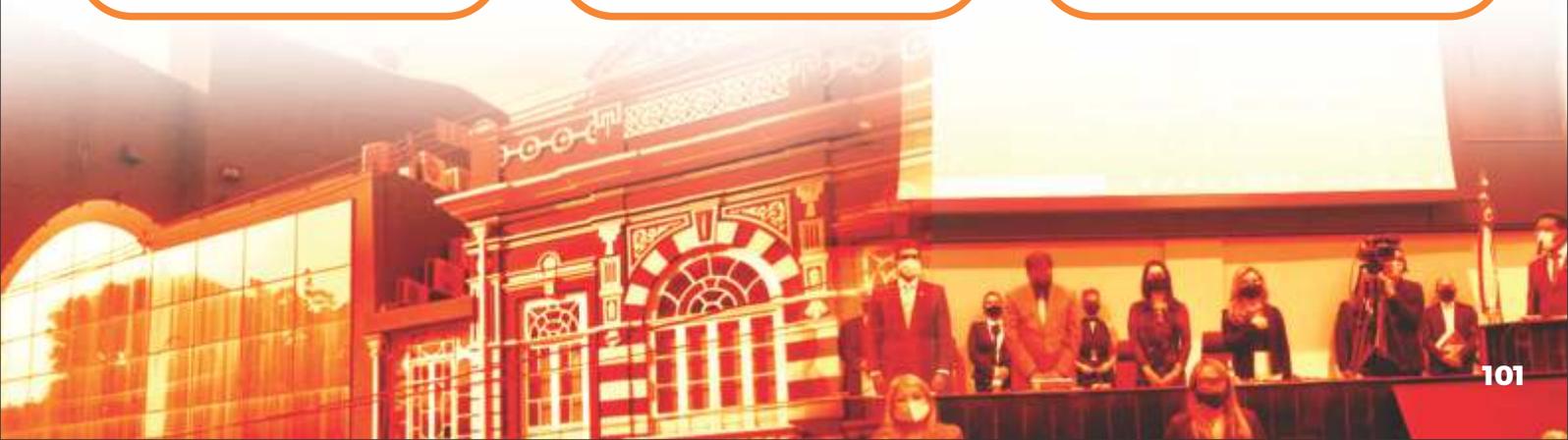
Exercer a representação e promover a participação da sociedade na elaboração das leis estaduais e na avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Estado.

### VI SÃO

Ser reconhecida como o Poder da representação popular na construção de uma sociedade justa e solidária.

### COM PRO MIS SOS

- 1  
Exercer a representação política com participação da sociedade;
- 2  
Produzir legislação de qualidade, em sintonia com os interesses da sociedade;
- 3  
Formular políticas públicas eficazes e promover estratégias de desenvolvimento sustentável;
- 4  
Avaliar e fiscalizar políticas públicas com foco em resultados;
- 5  
Atuar de forma ética e transparente e garantir uma gestão eficiente e austera.



# OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/ODS



A Assembleia Legislativa tem trabalhado em parceria com o Governo do Estado para aprovar leis estaduais com base nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS definidos na Agenda 2030-ONU, sendo um plano de ação global para erradicar a pobreza e promover vida digna a todos, dentro das condições que o planeta oferece e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações.

O Parlamento Estadual com a sua atribuição de legislar, apresentar, discutir e deliberar proposições que atingem diretamente a vida do cidadão paraense, instituindo normas para o cumprimento de direitos e deveres da sociedade, através de projetos de leis, moções, resoluções, emendas, decretos legislativos garante aos municípios os preceitos constitucionais, que estão estabelecidos no ODS.

Entre as leis que transitaram, em 2021 e seguem os preceitos do ODS temos: as de n°s 9.237/2021 que instituiu o INCENTIVA+PARÁ; 9.215/2021 que prorrogou o RENDA PARÁ; 9.213/2021 que reabriu as operações financeiras do FUNDO ESPERANÇA; 9.256/2021 que instituiu o CRECHES POR TODO PARÁ; 9.324/2021 que criou o Programa de Educação e Formação Superior-FORMA PARÁ; 9.317/2021 que instituiu o ÁGUA PARÁ; 9.318/2021 que instituiu o VALE-GÁS; 9.319/2021, que institui o Programa Estadual de Incentivo à Qualidade de Profissionais da Saúde-QUALIFICASAÚDE; 9.275/2021, que Institui o "CNH PAI D'ÉGUA" e 9.341/2021, que Institui o Estatuto da Equidade Racial no Pará.



**REGIÕES DE  
INTEGRAÇÃO**  
(LEI N° 1.066/2008)



## REGIÕES DE INTEGRAÇÃO

A regionalização do Estado do Pará tem como objetivo definir regiões que possam representar espaços com semelhanças de ocupação de nível social e de dinamismo econômico e cujos municípios mantenham integração entre si, quer física quer economicamente, com a finalidade de definir espaços que possam se integrar de forma a serem partícipes do processo de diminuição das desigualdades regionais. Essa regionalização, denomina-se "Regiões de Integração", sendo composta por doze Regiões, na forma estabelecida na Lei nº 1.066/2008.

O governo do Estado tem adotado várias medidas para minimizar as desigualdades entre os municípios, prova disso são os programas que beneficiam a população de maneira abrangente, de forma que todas as categorias das 12 regiões de integração sejam agraciadas, como veremos a seguir.

O Programa Fundo Esperança, criado pela Lei Estadual nº 9.032/2020, que tem por finalidade dar apoio emergencial a pequenos e microempreendedores, que foram afetados pelas adversidades econômicas decorrentes da COVID-19, em forma de concessão de empréstimos a pessoas físicas e jurídicas, já beneficiou neste ano quase 50 mil empreendedores, com cerca de 140 milhões de reais, divididos entre as 12 regiões de integração.

O Programa Incentiva + Pará, criado pela Lei Estadual nº 9.237/2021, objetiva conceder apoio aos microempreendedores individuais (MEIs), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), afetados pelas adversidades econômicas decorrentes da COVID-19, em forma de pagamento de auxílio no valor de 2 mil reais em parcela única, já beneficiou neste ano pouco mais de 10 mil empreendedores, com cerca de 20 milhões de reais, divididos entre as 12 regiões de integração.

O Programa Renda Pará disponibilizou o benefício emergencial para categorias e profissionais afetados diretamente pela crise da pandemia da COVID-19, com o pagamento de parcela única no valor de 500 reais, que beneficiou quase 90 mil pessoas físicas num total de quase 45 milhões em benefícios pagos em todas as 12 regiões de integração.



## REGIÕES DE INTEGRAÇÃO

**BAIXO AMAZONAS:** Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa

**MARAJÓ:** Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Currealinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure

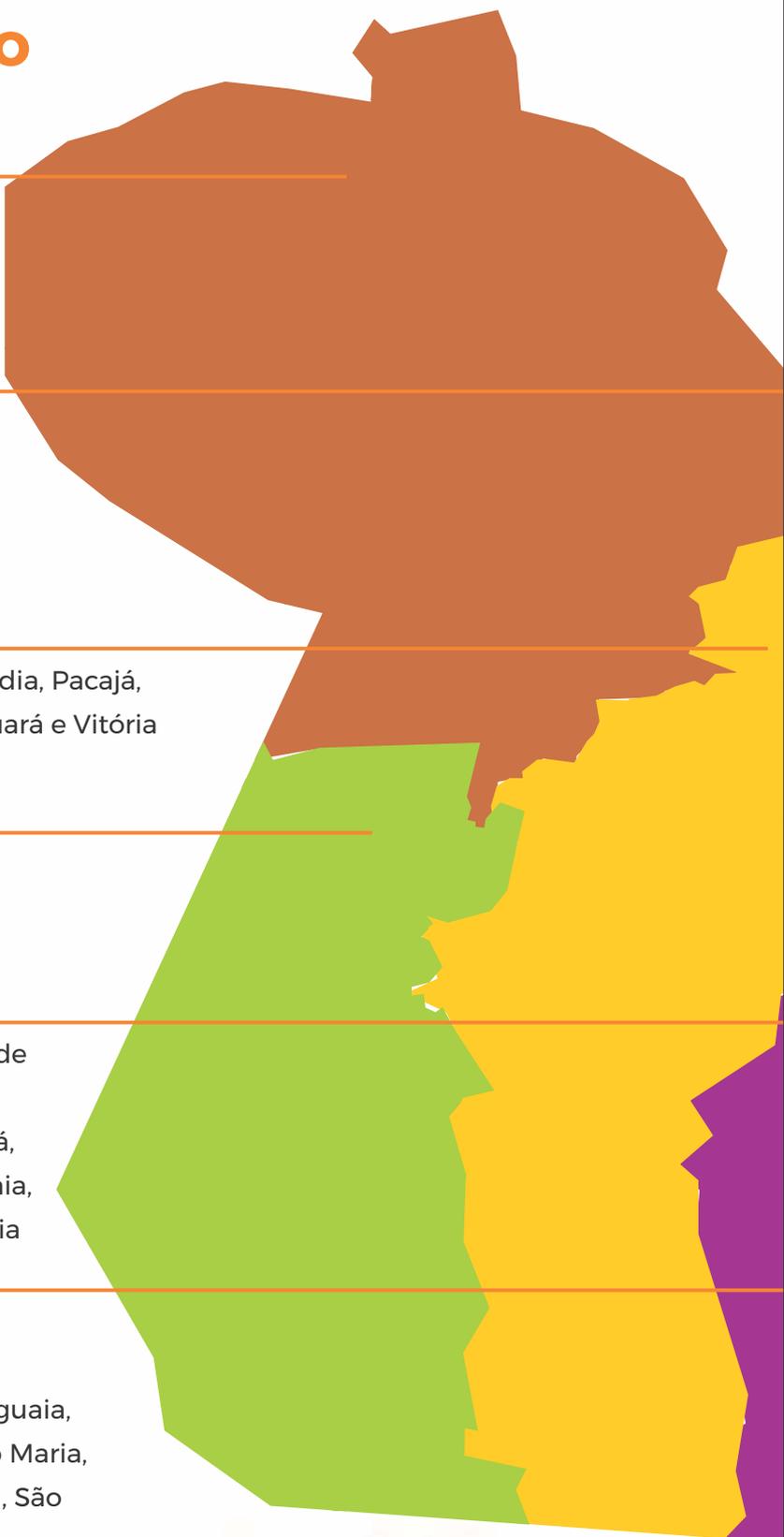
**XINGU:** Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu

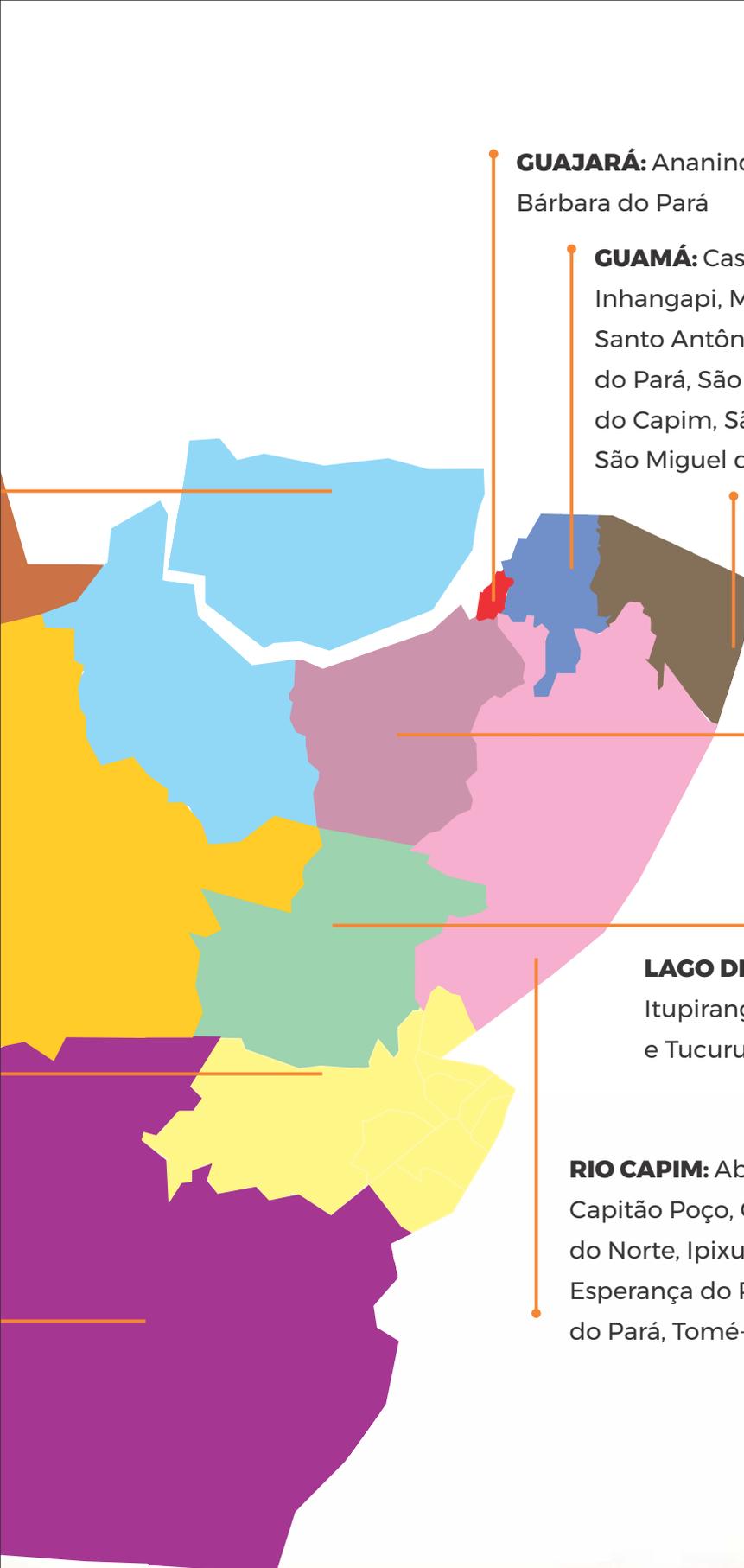
**TAPAJÓS:** Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão

**CARAJÁS:** Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia

### **ARAGUAIA**

Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D'Arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã e Xinguará





**GUAJARÁ:** Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará

**GUAMÁ:** Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santo Antônio do Tauá, Santa Maria do Pará, Santa Izabel do Pará, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Guamá, Terra Alta e Vigia

**RIO CAETÉ:** Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu

**TOCANTINS:** Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará, Tailândia

**LAGO DE TUCURUÍ:** Breu Branco, Gioanésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí

**RIO CAPIM:** Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu e Ulianópolis



## HOMENAGEM AOS SERVIDORES FALECIDOS EM DECORRÊNCIA DA COVID-19

Em março de 2021, foi aprovado um Projeto de Decreto Legislativo, de autoria do deputado Raimundo Santos (Patriota), que prevê a criação no site oficial da ALEPA de uma página exclusiva para o "Memorial da Gratidão e da Saudade", espaço em homenagem póstuma aos parlamentares e servidores que faleceram vítimas da pandemia do novo coronavírus. A proposição, de número 121/2020, foi aprovada em turno único no dia 30 de março. "Muito justa a homenagem, parabéns pela iniciativa", reconheceu o parlamentar Miro Sanova.

Infelizmente tivemos muitas perdas na Casa, entre elas alguns ex-parlamentares, servidores efetivos e comissionados, assim como secretários parlamentares, de diversos setores da Casa, que não resistiram à crise sanitária, segundo dados do Departamento Geral de Pessoas (DGP). Entre as perdas desta Casa, tivemos os parlamentares Mário Chermont, falecido em 16/05/2020, que iniciou sua carreira política como vereador do município de Chaves/PA, concorreu ao Parlamento Paraense e, com a sua vitória, assumiu o cargo de Deputado Estadual por várias legislaturas; e Zeno Veloso, que atuou como Deputado Estadual e Secretário de Justiça do Pará, foi também Assessor da 2ª vice-presidência da Assembleia Nacional Constituinte, integrou a comissão de juristas que assessorou o relator do projeto do Código Civil de 2002 na Câmara dos Deputados, faleceu em 18/03/202.

Entre tantos servidores que a ALEPA perdeu para a COVID-19 destacam-se os 38 anos de serviços de Dória Leite Ferreira, correspondente ao período de 1962 a 2000, ex-chefe do setor de taquigrafia, incluindo participação em um dos períodos de maior importância da Alepa, o de elaboração e promulgação da Constituição do Estado do Pará. Dória, que já era aposentada, faleceu no dia 1º de abril, aos 78 anos, fato que consternou os muitos amigos.



## PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

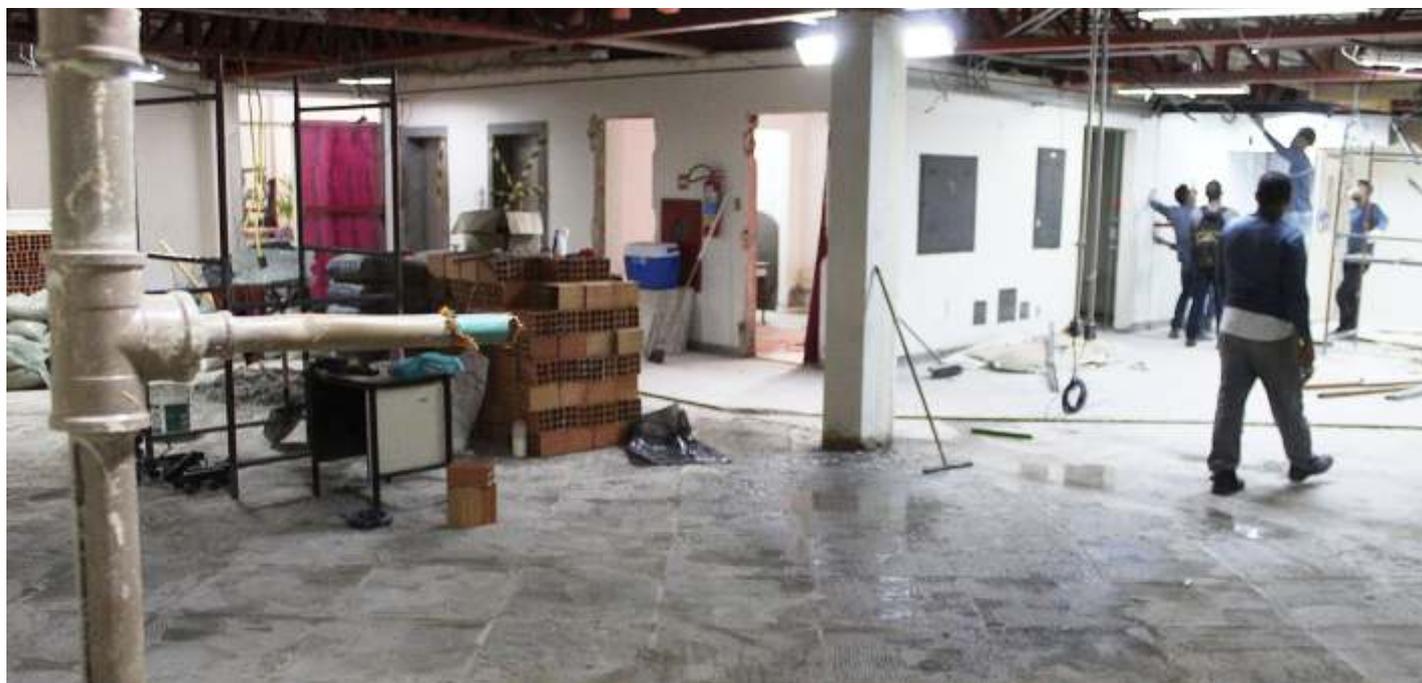
A obediência aos termos da LAI e a transparência nas informações e dados públicos tem se mostrado um serviço valioso à sociedade, principalmente no que tange a formação de uma consciência política prática nos cidadãos.

Um dos compromissos desta gestão é atuar de forma ética e transparente, para garantir uma gestão eficiente e austera. É neste sentido que, em obediência ao regramento da Lei de Acesso à Informação (LAI) disposto na Lei Federal nº 12.527/2011, foram aplicados esforços conjuntos para providenciar as alterações e adequações indispensáveis ao bom funcionamento do Portal da Transparência desta Casa de Leis, cuja finalidade é promover a acessibilidade das informações de interesse coletivo.





## REFORMA ESTRUTURAL DAS INSTALAÇÕES DA ALEPA



O prédio da Assembleia Legislativa do Estado está em reforma, atendendo à Lei de Acessibilidade, para proporcionar espaços mais inclusivos e bem-estar aos servidores e aos usuários, assim como garantir otimização dos espaços e conforto aos deputados, servidores e aos cidadãos em sentido amplo.

Entre as principais adequações estão os banheiros, com instalação de barras de apoio, portas de acesso com condições ideais, lavatórios acessíveis, áreas internas de giro e manobra, seguindo recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - a NBR 9050.

Para garantir a locomoção e acessibilidade, previstas na Lei nº 13.146/2016, sobre a Inclusão da Pessoa com Deficiência, que determina a remoção de barreiras e obstáculos em vias, espaços públicos e edificações, a Casa de Leis vai contar com elevadores que facilitem o acesso de cadeirantes, de idosos ou de pessoas com mobilidade reduzida.

As obras também incluem a reestruturação dos espaços internos, que além de reformas em diversos departamentos e gabinetes, que vão proporcionar modernização e melhores condições de trabalho.



## SERVIÇOS

## ENTREGA

Reforma do Plenário Newton Miranda	Fevereiro
Reforma do gabinete da deputada Marinor Brito	Maio
Conserto emergencial das subestações de energia elétrica	Maio
Reforma do gabinete do deputado Raimundo Santos	Junho
Reforma do gabinete do deputado Thiago Araújo	Junho
Reforma do telhado do Anexo Paulo Fonteles	Junho
Construção de oficina para manutenção destinada à refrigeração	Junho
Reforma de forro e pintura na sala da Consultoria Técnica	Julho
Reforma na Alepa da São Francisco (hidro/elétrica/telhado/pintura)	Setembro
Conserto da rede elétrica de motores e ventilação Funtelpa	Junho
Construção do sistema de exaustão de fossas e esgoto do Plenário e seus anexos	Julho
Reforma do DIDEX e instalação de sistema VRF de refrigeração	Agosto
Reforma da TV, Rádio, galeria popular e instalação de sistema VRF de refrigeração	Setembro
Reforma das rampas das galerias do Plenário e construção de estúdio de gravação	Setembro
Construção do Salão VIP do Plenário, incluindo Taquigrafia e SEAP	Setembro
Reforma da AID/Imprensa, no anexo do Plenário	Setembro



## SERVIÇOS

## ENTREGA

Readequação de layout, com mudanças de móveis da CPL	Julho
Readequação de layout, com móveis, do gabinete do deputado José Maria Tapajós	Julho
Reforma do telhado do Departamento Financeiro	Julho
Reforma do telhado da Presidência	Julho
Reforma do gabinete do deputado Igor Normando	Agosto
Reforma do gabinete da deputada Dilvanda Faro	Setembro
Reforma, com readequação de espaço, para WC público e copa, do 3º pavimento	Setembro
Reforma, com novo layout, do Cerimonial	Setembro
Reforma e readequação da nova Secretaria Legislativa	Setembro
Reforma do piso e forro de gesso do 3º pavimento do Palácio Cabanagem	Setembro
Reforma do gabinete do deputado Luth Rebelo	Julho
Reforma do gabinete do deputado Ângelo Ferrari	Julho
Reforma do gabinete do deputado Miro Sanova	Julho
Reforma do gabinete da deputada Michele Begot	Julho
Revitalização do gabinete do deputado Fábio Figueiras	Julho
Reforma do corredor do 2º pavimento do anexo Paulo Fonteles	Julho



## SERVIÇOS

## ENTREGA

Reforma do gabinete do deputado Fábio Freitas	Julho
Reforma do gabinete da deputada Renilce Nicodemos	Julho
Reforma geral de cisternas, caixas d'água, bombas e rede hidro e barrilete de todos os prédios da Alepa	Julho
Retirada de gabinete do deputado Martinho Carmona	Agosto
Reforma do gabinete do deputado Orlando Lobato	Agosto
Construção de novo espaço do DISEG	Setembro
Pintura geral da sala da diretoria do DL	Julho
Pintura geral do DGP	Julho
Revitalização do gabinete da deputada Cilene Couto	Julho
Pintura geral do CPD	Agosto
Telão de LED do Plenário	Setembro
Restauro de obras de arte de Benedito Melo	Setembro
Desmontagem de elevadores do anexo Paulo Fonteles	Julho
Revitalização do hall de circulação do 1º, 2º e 3º pisos do Palácio Cabanagem	Setembro
Portaria/Atendimento	Agosto



Troca das portas dos elevadores do 2º piso do Palácio Cabanagem  
 Reforma do Departamento Financeiro  
 Reforma do Protocolo  
 Reforma do telhado do Palácio Cabanagem  
 Troca de luminárias, pintura geral e conserto de persianas da Procuradoria Geral  
 Reforma da rede elétrica da Escola do Legislativo  
 Reforma geral, com mudança de layout, do gabinete da deputada Profª. Nilse  
 Reforma, com ampliação, do gabinete do deputado Victor Dias  
 Instalação de móveis planejados e mudança de porta e pintura da Taquigrafia  
 Projeto topográfico da fachada principal e casarão  
 Instalação de móveis planejados e mudanças de paredes no gabinete do deputado Igor Normando  
 Substituição da rede lógica do gabinete do deputado Raimundo Santos  
 Substituição da rede lógica da Comissão de Direitos Humanos  
 Reforma do forro de gesso e pintura do gabinete da deputada Drª. Heloísa  
 Reforma, revisão geral de barriletes e reserva de incêndio do Palácio Cabanagem

Julho  
 Setembro  
 Agosto  
 Setembro  
 Setembro  
 Setembro  
 Setembro  
 Setembro  
 Outubro  
 Outubro  
 Outubro  
 Outubro  
 Novembro  
 Novembro  
 Novembro



## NOVA SEDE DA ALEPA

O Chefe do Poder Legislativo paraense, Deputado Chicão, desde a sua posse reuniu-se com as autoridades do 1º Comando Aéreo Regional (I COMAR) para tratar sobre a permuta do terreno para construção da nova sede da Assembleia Legislativa do Pará, em terreno localizado na Avenida Júlio César. O projeto da nova sede veio de concurso vencido pelo notável arquiteto paraense Alcyr Meira.

O Estado do Pará e a ALEPA haviam cumprido parcialmente o acordado com o I COMAR para a aquisição do terreno da nova sede, no Contrato de Promessa de Permuta, de 15.04.2014, e o Contrato de Doação com Encargo, de 03.06.2015, mas os prazos de ambos instrumentos estavam expirados e havia o risco de perder o investimento realizado.

Por determinação do Presidente Chicão, as equipes da Procuradoria, Departamento Administrativo e Obras empenharam-se em solucionar todos os impasses existentes junto às autoridades militares e da União, sanando as pendências jurídicas e técnicas, o que possibilitou o saneamento de todas as pendências e a assinatura de Termo de Ajuste de Conduta em outubro de 2021.

Respaldo pelas medidas tomadas, o Presidente Chicão assinou em 07/12/2021 autorização para o início do processo concorrencial para a construção da nova sede do Poder Legislativo de modo a atender o Presidente e garantindo a ALEPA a possibilidade de iniciar a abertura de licitação.

CONSIDERANDO que o Compromissário/Estado/ALEPA tem interesse em regularizar a situação aqui ajustada, a fim de que a propriedade da área objeto da promessa de permuta por CONTRATO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS acima referenciada seja, após o cumprimento integral deste Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), transferido para o seu nome em caráter definitivo, em que pese a imediata concessão de posse precária.



# CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO (CAC)

## EMIÇÃO DE CARTEIRAS DE IDENTIDADE (2021)

1ª VIA	2º BO	2º DAE	2º ART	RASURAS	TOTAL
2250	6	1645	10230	838	14106

## PROJETO CIDADANIA

MUNICÍPIO	DATA	CART. EMITIDAS	SOLICITANTE
Santa Izabel do Pará	27 de novembro	245	Presidência
Belém (Escola Nonato Filgueiras)	11 de dezembro	84	Dep. Dirceu Ten Caten
Marituba	16 de dezembro	122	Presidência
Marituba	17 de dezembro	283	Presidência
Santa Bárbara	17 de dezembro	144	Presidência
Benevides	20 de dezembro	236	Presidência
Benevides	21 de dezembro	324	Presidência
Belém (Mangueirinho)	22 de dezembro	71	Presidência

## TOTAL DE CARTEIRAS EMITIDAS

# 1509

## ATIVIDADES DO CAC JURÍDICO (Exercício 2021)

Os números a seguir apresentados referem-se aos atendimentos da Divisão de Orientação Sócio Jurídica ao longo de 2021, relativos às orientações jurídicas e ao patrocínio gratuito de ações judiciais, demandadas pelo público usuário dos serviços, no âmbito da Região Metropolitana de Belém.

### ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO SÓCIO JURÍDICAS

Demandas recebidas e orientadas: 49

### ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SÓCIO JURÍDICAS - PATROCÍNIO EM AÇÕES JUDICIAIS

Ações na Área Cível (Família, Sucessões, Cível, Empresariais e Juizados Especiais Cíveis)

Demandas recebidas: 528 (01)

Ações ajuizadas: 481 (02)

Ações na Área Criminal (Varas Criminais da Justiça Comum Estadual, Violência Doméstica e Juizados Especiais Criminais)

Demandas recebidas: 17 (03)

Medidas Defensivas ajuizadas: 17 (04)

Total de demandas recebidas: 01=520 + 03=17 = 545

Total de Ações e Medidas Defensivas ajuizadas: 02=481 + 04=17 = 498

Total de orientações socio jurídicas: 498



# OUVIDORIA

A Ouvidoria Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Pará foi instituída por meio da Resolução nº 04, de 29 de maio de 2012, tornando-se o principal canal de comunicação direta entre a sociedade (cidadão) e o Poder Legislativo (deputados), onde há mão dupla. Por um lado, a população contribui com sugestões, críticas e indagações para aprimorar a qualidade e a transparência dos serviços produzidos pelo legislativo; noutra via, o cidadão tem a oportunidade de conhecer a atuação individual dos parlamentares e coletiva do Poder Legislativo.

A Ouvidoria é um canal de interlocução entre a sociedade e a Assembleia Legislativa, sendo o órgão que, em nome do Poder Legislativo, recebe as manifestações dos cidadãos para viabilizar o retorno devido e no prazo legal. No caso da Assembleia Legislativa, nota-se, de forma cristalina, que a Ouvidoria, no papel de mediadora, representa os olhos, os ouvidos e a voz do cidadão no seio do Poder Legislativo na medida em que recebe as manifestações populares, promove a devida tramitação e repercussão interna e dá a resposta pleiteada. Essa interação sociedade/Parlamento contribui para a transparência do que faz a Assembleia Legislativa e permite, ao mesmo tempo, a participação direta do povo no exercício das atividades parlamentares.

## OBJETIVOS

Receber as manifestações dos cidadãos a respeito da Assembleia Legislativa e dos seus deputados conforme estabelece o art. 10, da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e dar o retorno devido, no prazo legal.

## MISSÃO

Ser um canal de ligação aberto e direto da sociedade com a Assembleia Legislativa, visando estimular a participação do povo na transparência e no aprimoramento legislativo e administrativo da Casa.

## VISÃO

Ser um órgão de referência na representação dos anseios da sociedade, sendo os olhos, os ouvidos e a voz do cidadão dentro da Assembleia Legislativa.

## VALORES

Transparência, publicidade, eficiência, celeridade, humanização, respeito ao cidadão, urbanidade, acessibilidade e cortesia no seu atendimento.



## RELATÓRIO DE ATIVIDADES

### Manifestações feitas em 2021 pelos canais de acesso

Foram 1.086 manifestações na Ouvidoria: 578 apresentadas presencialmente e 508 no SisOuvidor. O total de manifestações possui a seguinte divisão: 273 pedidos de informação, 146 sugestões, 117 reclamações, 25 denúncias e 525 solicitações.

### TELEFONE:

Manifestações feitas em 2021 pelos canais de acesso às ligações telefônicas que solicitaram informações simples, como os contatos com órgãos da Assembleia Legislativa, gabinetes parlamentares ou outras entidades ou órgãos da Administração Pública, foram prontamente atendidas. Quanto às demais, que se enquadraram como manifestações, na definição do que estipula o inciso V, do art. 2º, do Código de Defesa do Usuário do Serviço Público - Lei nº 13.460/2017 (reclamações, denúncias, sugestões etc.), os respectivos usuários foram orientados a realizá-las como determina o art. 10, § 4º, da referida lei, ou seja, “por meio eletrônico, ou correspondência convencional, ou verbalmente”, com a obrigatoriedade legal da devida identificação.

### PRESENCIAL

Foram reduzidas a termo 578 manifestações apresentadas presencialmente em 2021, sendo 505 solicitações e 73 reclamações.

### SIS OUVIDOR

O SisOuvidor, durante o ano de 2021, teve um total de 508 registros a título de manifestação. Quanto aos pós de abordagem, essas manifestações estão assim classificadas: 273 pedidos de informação, 146 sugestões, 44 reclamações, 25 denúncias e 20 outros, de acordo com quadro abaixo:

MANIFESTAÇÕES FINALIZADAS	MANIFESTAÇÕES EM ABERTO
Todas as 1.086 manifestações apresentadas por usuários foram respondidas, portanto finalizadas.	Não existem manifestações pendentes. Todas correspondentes a 2021 e a anos anteriores foram devidamente respondidas

### CANAIS DE ACESSO

SISOUVIDOR: [www.ouvidoria.alepa.com.br](http://www.ouvidoria.alepa.com.br)

TELEFONE: 91 3213 4436

E-MAIL: [ouvidoria@alepa.pa.gov.br](mailto:ouvidoria@alepa.pa.gov.br)

PRESENCIAL/POSTAL: R. do Aveiro, 130. CEP: 66.020-070



## DEPARTAMENTO DE MEMORIAL LEGISLATIVO

O Departamento de Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, por meio de seus servidores, manteve apenas suas atividades internas, devido à pandemia. Desde a sua criação, a missão deste Departamento é resgatar a história do Poder Legislativo Estadual, disponibilizando a sociedade paraense, um manancial de informações, subsidiadas em pesquisas históricas e fatos fidedignos.

### ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

**Pesquisa espontânea (Abril)** – Eneida Guimarães, pesquisadora do NAEA/UFPA. – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e Membro do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Pesquisa do primeiro parlamentar eleito pelo Partido Comunista Brasileiro, ex-Deputado Henrique Santiago, em 1947 (Constituinte). Como também a eleição da primeira Deputada, Rosa Pereira, no pleito de 1947, hoje a bancada feminina é composta por 10 Parlamentares.

**“Direito Constitucional no Contexto do Legislativo” (Junho)** - O ex-Deputado Zeno Veloso, Relator da Constituinte de 1989, foi homenageado e reconhecido pela sua importante contribuição ao Parlamento Legislativo Estadual, referendado como notável jurista. O Presidente da Casa, Deputado Francisco Melo (Chicão), participou dessa atividade, assim como outras autoridades.

**Ex-Deputado Ruy Barata (Junho e Julho)** – A Secretária de Cultura do Estado do Pará, Sra. Úrsula Vidal, e o Sr. Tito Barata, filho do ex-Deputado Ruy Barata. A pesquisa resultou em um dossiê de 80 páginas, com biografia, anexos de cópias de documentos e fotografias. O Deputado teve seus direitos políticos cassados em 1964. Sendo reintegrado em 1982 como Professor na UFPA. Esse material subsidiará a produção de um livro em homenagem ao Centenário de nascimento de Ruy Paranaatinga Barata.

**Galeria dos Constituintes (Julho a Setembro)** – reforma do espaço.

**Visita ao Departamento de Memorial (Agosto)** – Estudantes do Curso de História da UEPA. Bacharelado e Licenciatura, 4º período, sob a coordenação da Professora Jerusa Miranda, que se mostrou impressionada com a linha de tempo dos documentos históricos, datados do século XIX.

**O ex-Deputado João Milton Dantas (Agosto).** Eleito no ano de 1958, pelo Partido União Democrática Nacional. Natural de Sergipe. Em sua homenagem, uma Escola Municipal de Marituba tem o seu nome.



**Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - (Fevereiro a Agosto)** - Tema “ O Passado das Leis”, o processo de recuperação e preservação da história do Poder Legislativo Paraense. - (2013/2020).

**Restauração da tela que retrata a Cabanagem** - Pintado pelo artista Benedito Mello. Tema “Belém, a cidade que pegou fogo”. Retrata a luta do povo Cabano como o massacre do Brigue Palhaço e Cônego Batista Campos amarrado à boca de um canhão pelo inglês John Grenffell.

**Pesquisa (Julho a Agosto)** - 100 Anos de Paulo Freire.

**Sessão Solene (Setembro)** - Comemoração ao Centenário do Educador Paulo Freire .

**Pesquisa de Mestrado (Outubro)** - CPI das Milícias (2014/2015). Para embasar o (TCC), tendo como foco as chacinas de Belém.

**Folder informativo sobre a Alepa (Outubro)** - Todos os prédios onde a Assembleia Legislativa foi instalada: Convento das Mercês, Convento do Carmo, Colégio Santo Antônio, Liceu Paraense, Palácio Antônio Lemos, Teatro da Paz, e o Palácio Cabanagem, atual sede do Poder Legislativo Estadual.

**Evento Comemorativo aos 100 anos do Educador Paulo Freire. (Novembro)** - Realizado na Estação das Docas, sendo organizado pela Comissão de Direitos Humanos, da Alepa. O Departamento de Memorial, trabalhou em parceria com a referida Comissão.



# DIÁRIO OFICIAL DA ALEPA

O Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Pará - DOAL, existe há 36 anos e é destinado a publicação de todos os Atos do Poder Legislativo, inclusive Atas das Sessões Legislativas, Ordens de Serviços, Extratos, Decretos, Portarias, etc.

Em 2021, o DOAL que é um diário semanal passou a ter maior regularidade nas suas postagens. Neste ano foram publicadas todas as edições que foram programadas para o referido ano, totalizando 52 edições, a saber:

2196 - 01 a 08/jan	2209 - 02 a 09/abr	2222 - 02 a 09/jul	2235 - 01 a 08/out
2197 - 08 a 15/jan	2210 - 09 a 16/abr	2223 - 09 a 16/jul	2236 - 08 a 15/out
2198 - 15 a 22/jan	2211 - 16 a 23/abr	2224 - 16 a 23/jul	2237 - 15 a 22/out
2199 - 22 a 29/jan	2212 - 23 a 30/abr	2225 - 23 a 30/jul	2238 - 22 a 29/out
2200 - 29/jan a 05/fev	2213 - 30/abr a 07/mai	2226 - 30/jul a 06/ago	2239 - 29/out a 05/nov
2201 - 05 a 12/fev	2214 - 07 a 14/mai	2227 - 06 a 13/ago	2240 - 05 a 12/nov
2202 - 12 a 19/fev	2215 - 14 a 21/mai	2228 - 13 a 20/ago	2241 - 12 a 19/nov
2203 - 19 a 26/fev	2216 - 21 a 28/mai	2229 - 20 a 27/ago	2242 - 19 a 26/nov
2204 - 26/fev a 05/mar	2217 - 28/mai a 04/jun	2230 - 27/ago a 03/set	2243 - 26/nov a 03/dez
2205 - 05 a 12/mar	2218 - 04 a 11/jun	2231 - 03 a 10/set	2244 - 03 a 10/dez
2206 - 12 a 19/mar	2219 - 18 a 25/jun	2232 - 10 a 17/set	2245 - 10 a 17/dez
2207 - 19 a 26/mar	2220 - 18 a 25/jun	2233 - 17 a 24/set	2246 - 17 a 24/dez
2208 - 26/mar a 02/abr	2221 - 25/jun a 02/jul	2234 - 24/set a 01/out	2247 - 24 a 31/dez

Entre as publicações esse ano tivemos 114 Atas publicadas (34 de Reuniões Ordinárias; 53 de Reuniões Extraordinárias; 20 de comissões; 2 solenes; 1 especial; 1 Frente Parlamentar; 1 Preparatória; 1 de Posse). Além de 14 Atos da Presidência.

A grande inovação do Diário Oficial da ALEPA neste ano foi a criação de sua versão digital, disponibilizada no site da ALEPA, com o objetivo de garantir acessibilidade e transparência dos atos legislativos à sociedade de maneira irrestrita. Neste sentido, informamos que já encontram-se disponíveis as versões virtuais do DOAL nas edições de nº 2213 a 2247. As demais edições serão igualmente disponibilizadas no site da Alepa.



# IN FOR MA ÇÃO E INTERATIVIDADE





Em 2021, até o dia 10 de dezembro, a Assessoria de Imprensa e Divulgação publicou, em seu portal, 1145 matérias. Nas redes sociais, alcançamos 21,5 mil seguidores no Instagram, 8,5 mil seguidores no Facebook e 5,5 mil seguidores no Twitter, um total de 35,5 mil seguidores nas redes sociais da Casa.

Ao longo do ano, realizamos o trabalho de assessoria de imprensa, enviando sugestões de matérias ou notas semanalmente aos principais jornais impressos, rádio, televisão, portais e blogs. Atendemos a 252 solicitações da imprensa, com o envio de notas de esclarecimentos e realização de entrevistas.

A Rádio Web Alepa produziu 275 mídias de áudios e foram produzidos 106 spots.

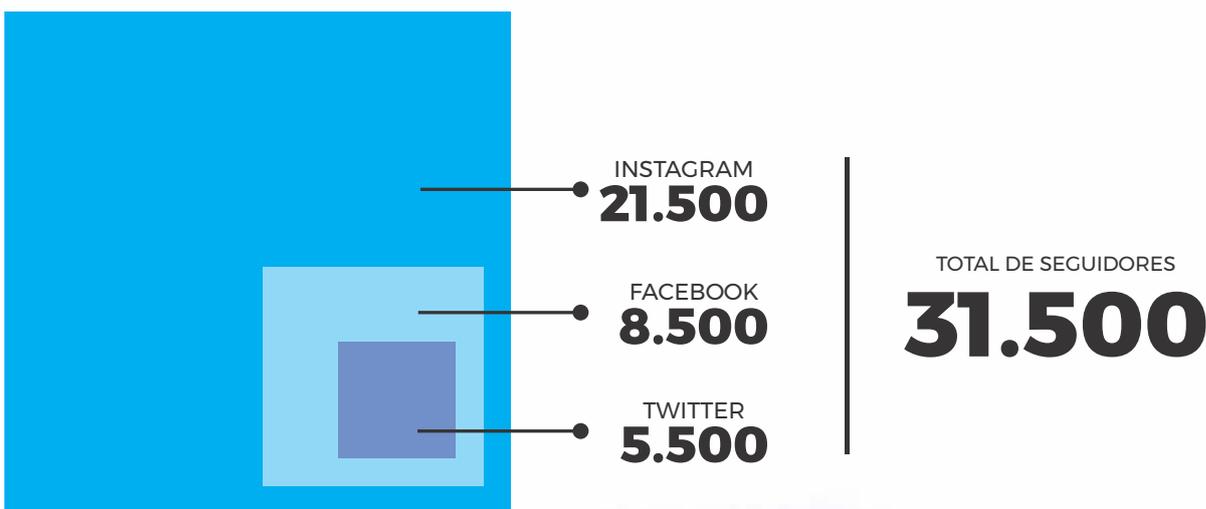
A TV Alepa sempre esteve presente, garantindo as transmissões de todas as sessões Ordinárias e Extraordinárias, além de sessões especiais, solenes e audiências públicas.

Com a instalação da CPI da Vale, a AID criou no Portal Alepa uma área dedicada exclusivamente para a população acompanhar as matérias publicadas sobre o tema. Também lançamos um novo espaço no Portal chamado Histórias do Meu Pará, onde matérias especiais mostram as maravilhas do estado.

Este ano, passamos a fazer o Clipping Digital, desta forma, parlamentares e assessores recebem em seus celulares diariamente as notícias dos principais veículos do país.

A AID também é responsável pela produção do material gráfico utilizado em eventos promovidos pela Alepa. Como exemplo, as peças gráficas que compuseram a exposição e seminário Centenário Paulo Freire, coordenado pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Alepa.

## SEGUIDORES DA ALEPA (REDES SOCIAIS)



# EX PE DI EN TE

Este relatório é uma publicação da Assembleia Legislativa do Estado do Pará

**Coordenação:**

Secretaria Legislativa da Alepa

**Colaboração:**

Procuradoria Especial da Mulher da Alepa

Procuradoria Geral da Alepa

Departamento Legislativo

Departamento Administrativo (Comissão de Obras)

Escola do Legislativo

**Projeto Gráfico:**

Assessoria de Imprensa e Divulgação da Alepa

Assembleia Legislativa do Estado do Pará

Rua do Aveiro, 130 - Praça Dom Pedro II - Cidade Velha - Belém, PA

CEP: 66020-070 - Fone: 91 3204-5200 - 3084-4305 - [www.alepa.pa.gov.br](http://www.alepa.pa.gov.br)





**#agentefazvalerasuavoz**

 [www.alepa.pa.gov.br](http://www.alepa.pa.gov.br)

 [alepa.oficial](https://www.instagram.com/alepa.oficial)

 [alepa.oficial](https://www.facebook.com/alepa.oficial)

 [Alepa\\_com](https://twitter.com/Alepa_com)

